

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O PAPEL DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO FRENTE
AO DESAFIO DA CRISE.

A EXPERIÊNCIA DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ES
TADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC NO PERÍODO
1975 - 1982.

Dissertação de Mestrado Apresenta
da ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universida
de Federal de Santa Catarina, pa
ra obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia.

FLÁVIO RAMOS

Florianópolis, fevereiro de 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

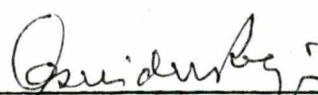
O PAPEL DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO FRENTE AO DESAFIO DA CRISE.
A EXPERIÊNCIA DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC NO PERÍODO 1975 - 1982.

FLÁVIO RAMOS

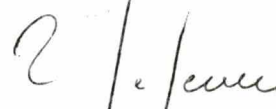
Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:



Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren
Orientadora



Prof. Dr. Osni de Medeiros Regis
Membro



Prof. Dr. Ubiratan Simões Rezende
Membro

AGRADECIMENTOS

À Dra. Ilse Scheren Warren, pela total dedicação ao trabalho de orientação desta tese e, principalmente, pela segurança em assumir um trabalho já em andamento.

Ao Dr. Eduardo José Viola, Professor e amigo, pelo extraordinário desempenho em suas atividades docentes no decorrer do curso e pelo incentivo para que iniciasse com decisão a presente dissertação.

Ao Diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A., Evandro Müller de Castro, pelo apoio a produção intelectual naquela Instituição de fomento e pela paciência com que aguardou a conclusão deste estudo.

A Baltazar Carioni, Gerente de Acompanhamento do BADESC e Raoul Meinert, Assessor da Presidência do Banco, um especial agradecimento pela tolerância em que ocupasse parcelas significativas de minha jornada de trabalho na elaboração da tese.

Aos colegas do pós-graduação, pela convivência amigável com que, juntos, atravessamos o curso de mestrado.

Aos colegas do Banco, que compreenderam a importância e o significado de meu trabalho.

À Mabel e Marcela, esposa e filha, pelo incentivo permanente à elaboração desta dissertação.

RESUMO

A dificuldade, por parte do governo federal, em elaborar um projeto social, político e econômico para a nação e a atribulada maneira como é conduzida a política econômica, vem prejudicando as formas de atuação dos Bancos de Desenvolvimento (BD's) no país. Essas instituições, que sempre tiveram um objetivo econômico e social bem delimitados, passaram, em função dos confusos rumos da política econômica governamental, a atravessar um período de indefinições operacionais, principalmente a partir de 1979, quando o processo recessivo começa a acentuar-se. Os Bancos de Desenvolvimento reagem, mas não com a intenção de reconduzir a economia ao seu nível de estabilidade, e sim com o objetivo único de simplesmente "sobreviver" en quanto instituição.

Frente a esse quadro extremamente adverso, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, sente os efeitos da crise e das indefinições da política econômica federal e se descaracteriza como instituição de fomento. Os efeitos são imediatamente observados na diminuição dos financiamentos para investimentos fixos, e o número de empregos gerados através desses mesmos financiamentos cai assustadoramente.

Paralelamente às adversidades, os BD's vem discutindo a aplicabilidade de uma avaliação social de projetos com o objetivo de impor uma nova técnica de mensuração de resulta-

dos. No entanto, a ideologia que permeia a proposta da avaliação social prejudica os reais interesses do universo atingido por esses bancos.

ABSTRACT

The hardships that the federal government is experiencing in trying to produce a social, political and economic project, made worse by a crippled economic policy, are affecting the country's development Banks (DB's).

These institutions have always had a clear economic and social goal, but, influenced by the confused governmental economic policy, are now passing through an indefinicion crisis, especially since 1979, when the recession commenced a controlled growth.

The DB's are reacting, but not with an effort to stabilize the economic level, for they're atuggling for their very survival.

Facing this extremely adverse situation, the "Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC" underwent a change, not indentifying itself anymore as an encouragement institution.

The aftermath of this is immediately observed by an overall lessening in investment financing, and consequently in the number of jobs offered by these investments.

The DB's are thinking of the possibility of a social appreciation of projects, having in mind a new means of weighing results. However, the ideology behind a social appreciation of events goes againts the interests of the universe upon which these Banks act.

Í N D I C E

	Pág.
1.0. <u>Introdução</u>	01
2.0. <u>O Papel do Estado na Economia Capitalista</u>	
2.1. Relações de Força no Estado Capitalista	04
2.2. Participação do BNDE. no Desenvolvimento Capita lista Brasileiro	06
3.0. <u>Bancos de Desenvolvimento no Brasil e o Impasse Atual</u>	
3.1. A Descaracterização dos Bancos de Desenvolvimen to	10
3.2. O Papel dos BD's e o Debate Inacabado	11
3.3. O Espaço Possível	23
3.4. A Ortodoxia da Análise de Projetos	24
3.5. Avaliação Social de Projetos - Uma Proposta Al- ternativa?	26
4.0. <u>O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catari na e sua Participação no Contexto Estadual</u>	
4.1. Filosofia de Atuação Modificada ou Simples So- brevivência?	33
4.2. Revisão Crítica de uma Instituição Comprometida com o Desenvolvimento do Estado	41
4.2.1. A Geração de Empregos como prioridade em uma Economia em Crise	41
4.2.2. Economia Estadual e a Participação do BADESC	49
4.3. Desenvolvimento para Quem?	78
4.4. Avaliação Social de Projetos - As Possibilida- des e as Limitações de sua Aplicação	79
4.4.1. A Fragilidade dos métodos conhecidos ...	79
4.4.2. A Simplicidade como Alternativa	89
5.0. <u>A Guiza de Conclusão</u>	104
6.0. <u>Bibliografia</u>	107
7.0. <u>Anexos</u>	
7.1. Lista de Siglas	

APRESENTAÇÃO

O objetivo de nosso trabalho é o de repensarmos, com o peso da atualidade, a real importância dessas instituições financeiras de fomento, que são os Bancos de Desenvolvimento.

Na verdade, os Bancos de Desenvolvimento (BD's) estão passando por um período de transformação, sendo objetos de uma reorientação bastante acentuada em suas formas de atuação. A tentativa de captar esse momento, em todas as particularidades que envolvem a atuação dos BD's, constitui o objetivo do presente trabalho.

Tentamos, em síntese, fazer com que a dissertação pudesse ilustrar, mesmo que se forma limitada, o que foram os BD's, o que são hoje e o que poderão vir a ser, deixando que o leitor reflita e se preocupe com o destino dessas instituições tão pouco discutidas nos grandes debates nacionais, mas de relevância indiscutível no questionamento da crise econômica, social e política que envolve o país.

INTRODUÇÃO

Permeando todo o presente trabalho, está a preocupação de lançar um alerta sobre as possibilidades reais de um segmento de pensamento conservador ganhar mais espaço nos rumos da política econômica nacional e desvirtuar totalmente o papel dos Bancos de Desenvolvimento (BD's) no país.

Historicamente, os BD's tiveram participação determinante no desenvolvimento econômico brasileiro. A simples possibilidade do desvirtuamento de suas formas de atuação originais já é motivo suficiente para iniciarmos um trabalho que, no mínimo, servirá como alerta para essa descaracterização inaceitável e o afastamento gradativo de seus compromissos frente ao desenvolvimento independente de nossa economia.

Para realizar este trabalho de tese, tendo por base nossa experiência profissional em um BD, no Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, tomamos como exemplo essa instituição, na tentativa de demonstrar, através de alguns dados, a fundamentação de nossas preocupações em torno da descaracterização dos bancos de fomento.

O trabalho é, basicamente dividido em três partes.

Na primeira parte, tentamos fazer com que o leitor receba as informações básicas a respeito dos BD's e acompanhe o debate acerca dessas instituições em seminários e palestras

realizadas para discutir a situação desses bancos frente à crise econômica brasileira.

Tendo o leitor absorvido algumas informações sobre os BD's e o debate que os envolve, procuramos demonstrar o crescente desvirtuamento da conduta desses bancos e o avanço da corrente de pensamento conservadora que tenta se aproveitar desse momento de indefinição na vida dos BD's para descaracterizá-los totalmente.

Na segunda parte do trabalho, tentamos retirar de um caso concreto, o BADESC, as provas fundamentadoras de nossa tese: a crescente descaracterização dos BD's. Para realizar a tarefa, as dificuldades não foram poucas, pois o Banco não dispõe de dados ou estudos estatísticos armazenados sobre seu próprio desempenho, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais atingidos pela sua forma de atuação. Assim, os números apresentados foram conseguidos através de árduo levantamento, onde cada processo de financiamento foi objeto de consulta. É interessante ressaltar que os dados como aqui foram organizados são inéditos até para o próprio BADESC. E o estudo apresentado, como veremos adiante, traz algumas reflexões importantes, como o baixíssimo índice de empregos gerados pelos financiamentos do Banco para investimentos fixos, no setor secundário da economia estadual.

Finalmente, na parte terceira do trabalho, ocupamos-nos do que apenas tínhamos tangenciado na primeira parte, mas que ali é discutido com mais abrangência: a chamada Avaliação Social de Projetos. Na verdade, a idéia inicial do trabalho era desenvolver uma proposta para a implantação e operacionaliz

zação da avaliação social nas análises de projetos desenvolvidos pelo BADESC. No entanto, houve uma pequena reorientação da proposta inicial em função da própria metodologia de avaliação disponível que, em nosso entender, pouco teria a proporcionar às especificidades de nossa realidade, pois trata-se fundamentalmente de métodos aplicados a instituições financeiras internacionais e que atende a um outro universo econômico. Desta forma, o que seria a proposta nuclear de nosso trabalho, passa a fazer parte do todo, ou seja, o que seria praticamente a tese, torna-se parte integrante de uma reflexão maior, que é o próprio debate acerca dos BD's.

Chamando a atenção para a importância de discutir-se a situação dos BD's, acreditamos ter criado uma pequena trincheira de resistência na defesa da filosofia original de atuação desses bancos, que, embora ainda longe de atender aos verdadeiros anseios das comunidades, atendem à necessidade intrínseca do desenvolvimento nacional.

O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA CAPITALISTA

2.1. RELAÇÕES DE FORÇA NO ESTADO CAPITALISTA

Discutir o papel do Estado em uma economia capitalista é abrir um debate de imprevisíveis resultados. Porém, ao pensar em estudar os Bancos de Desenvolvimento, não se pode contornar essa questão. Afinal, o Estado capitalista em nossos dias não pode ser visto como totalmente neutro e seríamos extremamente ingênuos se assim pensássemos. Ao contrário, o Estado capitalista tem um peso determinante no processo de acumulação e proporciona condições à concentração econômica, favorecendo com isso com que a classe capitalista tenha certo controle sobre o poder público. No entanto, essa também não é uma verdade absoluta. O Estado teria, de certa forma, alguma autonomia, a partir do momento em que ele precisa, além de permitir a acumulação, também buscar o que seria sua própria legitimação frente a todos os segmentos sociais. Mas "isto não é fácil porque existe sobre o Estado pressões de classe diferentes ou grupos de interesses e essas pressões podem forçar uma mudança na evolução das políticas do Estado".⁽¹⁾ Entretanto, a

(1) CHALOULT, Yves. Estado, Acumulação e Colonialismo Interno. Vozes. Petrópolis, 1978. p. 50.

busca da legitimização é fundamental à existência do Estado e ao admitir essa necessidade não teríamos como concordar com a tese de que a classe capitalista detenha totalmente o controle do Estado. Desse modo, "o Estado não é nem completamente autônomo (ou seja, livre do controle ativo da classe capitalista), nem simplesmente manipulado por membros da classe dominante (ou seja, livre de quaisquer constrangimentos estruturais)". (2)

Mesmo que sejamos simpáticos ao argumento da influência determinante da burguesia sobre o Estado, essa não constituiria em absoluto uma indivisível dominação de classe. Na verdade, em determinados momentos, frações da classe burguesa podem alternar-se em posições hegemônicas de dominação, sem que o Estado tenha compromisso exclusivo com a fração de classe que detenha a maior parcela de influência no poder de Estado. Afinal, pela própria lógica capitalista, o Estado objetiva a ampla reprodução do capital, o que também não impede de que a fração de classe em posição momentaneamente de hegemonia tenha ganhos substancialmente maiores que as outras frações dominantes. É preciso entender que o Estado "não é um organismo homogêneo, mas que ele se compõe de uma multidão de aparelhos que têm uma relação complexa entre si (...). Os antagonismos de classes e a concorrência dos capitais se refletem no movimento contraditório dos diferentes aparelhos parciais que o compõem". (3)

(2) Ibidem.

(3) HIRSCH, Joechim. Observações Teóricas sobre o Estado Burguês e sua Crise. In POULANTZAS, Nicos. O Estado em Crise. Graal. Rio de Janeiro. 1979. p.95.

O tema, como vemos, é bastante envolvente e a própria teoria marxista contemporânea subdivide-se em diferentes perspectivas ao tratar a questão. Mas não é nosso interesse, pelo menos neste trabalho, aprofundar a discussão, visto que o objetivo é desenvolver um estudo acerca de um caso concreto, ou seja, a participação efetiva de um instrumento de Estado, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e o seu papel frente a uma economia em crise.

2.2. A PARTICIPAÇÃO DO BNDE NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, em 1952, é significativa e a perspectiva histórica de seu papel, à época, representou um momento decisivo nos rumos do desenvolvimento do país.

"No começo dos anos cinquenta, duas posições diferentes sobre o desenvolvimento brasileiro eram simbolizadas por duas importantes figuras públicas: Roberto Simonsen e Horácio Lafer. Como Luciano Martins (1973:533) frisa, Simonsen estava preocupado com o aumento interno e a modificação da estrutura de consumo através da mediação da ação estatal, enquanto Lafer via o Estado como o melhor instrumento para o aumento do índice de capitalização e para a concentração do desenvolvimento nas regiões já desenvolvidas do país. "Uma comissão Brasil/Estados Unidos foi formada para estudar os problemas da economia brasileira e sugeriu-se a criação de uma instituição econômica que aplicaria um tipo de solução seguindo a linha de pensamen-

to de Lafer. Por outro lado, o Presidente Getúlio Vargas desejava uma instituição capaz de atuar como mediador entre o Estado, o setor privado nacional e as instituições financeiras internacionais (Martins, 1973:520). Após um longo debate, o ponto de vista da Comissão Brasil/Estados Unidos e o de Lafer predominaram e o BNDE foi criado". (4)

E essa criação, já "consubstanciava uma tentativa de modificar a estrutura financeira do país, no sentido de possibilitar a concessão de crédito de prazos mais longos a setores selecionados". (5)

A História do BNDE caracterizou-se por apresentar, em diferentes momentos, prioridades distintas: "De 1952 a 1961, os empréstimos do BNDE favoreceram investimentos na infra-estrutura econômica, especialmente o transporte e a energia, enquanto que, de 1962 a 1967, ele basicamente apoiou o setor produtor de aço. Depois de 1965, este forneceu também outras indústrias de transformação. 'Na primeira parte dos anos setenta, a estratégia do BNDE consistiu na descentralização das atividades, dando maior importância a fundos específicos para o financiamento industrial' (Suzigan et al., 1972; 104:108). Em termos de seus próprios recursos, o BNDE recebe sua verba do orçamento da União e de diferentes impostos, especialmente após 1968". (6)

(4) TEIXEIRA, Noternes Guimarães. Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil ABDE. Rio de Janeiro, 1979. p.20

(5) Idem, p. 99

(6) CHALOULT, Yves. Op. Cit. p. 89.

Na verdade, a criação dos Bancos de Desenvolvimento era reflexo direto do novo papel do Estado na economia capitalista, quando a intervenção estatal, baseada no instrumental teórico Keynesiano, assume um grau de importância até então negado pelos economistas neoclássicos. A presença do Estado, portanto, "assume maiores proporções sobretudo no coração da atividade econômica: investimentos em infra-estrutura, controle maior sobre o mecanismo de exportação/importação, estímulo à implantação de indústrias básicas etc...". "vale salientar que, paralelamente às várias reorganizações e reestruturações de entidades de apoio financeiro a nível estadual, a estrutura nacional de serviços financeiros sofrera substanciais modificações a partir de 1964, com a reforma bancária".⁽⁷⁾

E, embora "já existissem, na época na quase totalidade dos estados, agências de planejamento e desenvolvimento (em suas várias formas e tipos) a legislação da reforma de 1964 não os considerou como instituições do sistema financeiro nacional. Pela inexistência de legislação para organismos estaduais de fomento, os Bancos de investimentos (criados em 1965/66) confundiam-se sobretudo com os de Desenvolvimento, principalmente pela grande analogia do que se refere a modalidades operacionais. Na realidade, a diferença básica entre essas instituições diz respeito à propriedade de capital, fato que, inclusive, deve condicionar a própria filosofia de atuação. Quer dizer: os bancos de investimentos, por serem de iniciativa pri

(7) TEIXEIRA, Natennes Guimarães. Op. Cit. p. 27.

vada, teriam como objetivo central a maximização do lucro financeiro, enquanto os Bancos de Desenvolvimento sob controle de governos estaduais, deveriam buscar, em primeiro lugar, a rentabilidade social dos investimentos por eles apoiados, mediante critérios especiais de prioridade e seletividade dos projetos, evidentemente visando obter resultado positivo pelo menos para manter a integridade de seu capital".⁽⁸⁾

Atualmente, a aparente divisão entre bancos de investimentos privados e bancos de desenvolvimento começa a desfazer-se.

Com a sequência do trabalho conheceremos ainda um pouco mais da história dos BD'S no país, assim como a reorientação atual de suas filosofias da atuação.

(8) Ibidem. p. 27

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E O IMPASSE ATUAL

3.1. A DESCARACTERIZAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

A recente história dos Bancos de Desenvolvimento (BD's) conhece dois períodos distintos; entre 1974 e 1978 e a partir de 1979. O primeiro destes, quando os bancos regionais e estaduais de desenvolvimento aplicaram um volume considerável de recursos subsidiados, contando para isso com uma política governamental até certo ponto sensível à colocação desses recursos em setores considerados prioritários para a economia nacional.

No entanto, este enfoque é revertido no segundo período, quando, a partir de 1979 - e até os dias de hoje - começou uma etapa adversa ao desempenho dos BD's, pois foi extinto grande parte do crédito subsidiado, atingindo justamente o que personalizava a atuação de um BD, ou seja, a canalização de recursos de baixo custo para programas de financiamento destinados a áreas ou setores definidos prioritariamente.

Esse segundo momento, basicamente relacionado com a modificação da política econômica nacional, reflete com bastante intensidade na forma de atuação dessas instituições.

Os recursos, oriundos do governo federal, tornaram-

se escassos, deixando os BD's praticamente sem ter como operar, ou mesmo captar os poucos recursos disponíveis, agora já com um custo financeiro bastante alto.

Os BD's passam até mesmo a confundir suas práticas operacionais com os inúmeros bancos comerciais da rede privada.

Acontecia, assim, a grande descaracterização dos BD's, abrindo o debate em torno de suas reais funções dentro desse novo contexto.

3.2. O PAPEL DOS BD'S E O DEBATE INACABADO

Os bancos de desenvolvimento formam um sistema nacional de instituições de fomento e atuam de forma descentralizada, proporcionando condições aparentemente satisfatórias ao desenvolvimento econômico regional, pois a localização física dessas instituições, cobrindo a maioria dos estados da federação, agiliza a aplicação de recursos e torna essa tarefa bastante objetiva.

No entanto, os bancos de desenvolvimento proporcionam um amplo e inesgotável espaço de discussão, gerando um debate que vem produzindo diferentes alternativas, cada vez mais distante do consenso, em torno de suas formas de atuação.

O principal ponto para onde converge grande parte do debate que envolve os BD's é a própria descaracterização dessas instituições, que parecem, a cada momento, se afastar de sua original filosofia de atuação, basicamente formada na at-

mosfera "desenvolvimentista" da década de 50, quanto o processo de industrialização crescente exigia uma intermediação financeira pública que ofertasse recursos a longo prazo para grandes projetos. Essa necessidade acabou propiciando, em 1952, o surgimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de atender financiamentos de infra-estrutura, implantação de indústrias básicas assim como sustentar programas globais de industrialização e desenvolvimento regional.

Ao aparecimento do BNDE, seguiram-se a criação do Banco do Nordeste do Brasil - BNB em 1954, do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE em 1963, do Banco da Amazônia - BASA no ano de 1966, até o surgimento da rede de bancos estaduais de desenvolvimento, que formam o Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento - SNBD, atualmente constituído por 27 bancos; um a nível nacional, o BNDES - antigo BNDE -, quatro bancos regionais e vinte e dois estaduais. (9)

A descaracterização então enfatizada na forma de atuar dessas instituições está, como não poderia deixar de ser, diretamente ligada à crise econômica do país, que fez com que os BD's fossem deslocados de sua esfera de atuação, deixando-os completamente afastados de sua tarefa de canalizar recur

(9) O marco da institucionalização dos BD's no Brasil data de 1968, através da resolução 93 do Banco Central. Surgiram, após, a resolução 119 e a circular 129, no ano de 1969. Em 1976, através da resolução 394, o Banco Central baixou as normas gerais de atuação dos Bancos de Desenvolvimento, revogando, conseqüentemente, as resoluções anteriores.

tos para a indústria de base e infra-estrutura, desenvolvida de forma pioneira pelo BNDE, assim como o atendimento ao setor privado da economia, dinamizada a partir da implantação e consolidação dos bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a recursos de médio e longo prazos para os financiamentos de expansão ou implantação de novas indústrias.

Porém, com o país completamente envolvido na grave crise econômica, foram postas em prática inúmeras medidas restritivas com o objetivo de conter, a qualquer custo, a voracidade do processo inflacionário, os gastos públicos, o controle das contas externas e ainda outras questões pertinentes à esfera econômica.

Os BD's, naturalmente foram vítimas dessas medidas. Muitos programas, caracterizados por apresentarem condições financeiras muito melhores do que as de mercado, foram, rispidamente cortados. E, em função de escassez de recursos e da falta de perspectivas para novos programas, os BD's viram-se, de um momento para outro, operando sem o lastro de sua atraente filosofia de atuação, cada vez mais difícil de ser acompanhada.

Ao primeiro impacto dessas medidas restritivas, que os colocaram praticamente operando aos níveis dos bancos comerciais, os BD's tentaram, apressadamente, diversificar a forma de captação de recursos, procurando caminhos atípicos e jamais imaginados para um BD, como por exemplo, orientando sua atuação para o mercado de valores mobiliários, lançando nesse mercado debêntures, ações e outros papéis do gênero.

Baseados nessa desfiguração dos BD's, os críticos mais exaltados passaram a acusar essas instituições de ineficientes e meras repassadoras de recursos federais, inclusive com isso, onerando ainda mais o custo desses mesmos recursos.

As críticas chegam ao ponto de colocar em questão a existência dos BD's e algumas delas envolvem argumentos relacionados ao ciclo vital desses bancos, que, para muitos, teria chegado ao fim. Afinal, argumenta-se que o estágio atingido pela industrialização brasileira tenha esgotado as possíveis alternativas de atuação para um banco de desenvolvimento, pois este teve seu papel definido em função da necessidade de se estruturar um processo de industrialização identificado unicamente com as condições históricas, e por isso mesmo particulares, do desenvolvimento capitalista brasileiro dos anos cinquenta.

O argumento fica preso a uma grande falácia, pois o papel de um banco de desenvolvimento estaria restrito às condições históricas do subdesenvolvimento e que somente nessas circunstâncias os BD's encontrariam espaço para atuar, como impulsionadores e dinamizadores de um processo "supostamente" desenvolvimentista.

A réplica para esse tipo de argumentação foi sintetizada pelo ex-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, Luis Aníbal de Lima Fernandes:

"Algo assim como se fossem, na verdade, bancos típicos de áreas menos desenvolvidas, que se tornariam desnecessários nos ambientes industrializados que eles próprios ajudaram

a construir". (10)

O caminho a seguir, após o efeito inicial das medidas restritivas ao desempenho dos BD's, seria a readaptação desses bancos à nova realidade, elevando, inclusive, seu nível de atuação, pois, estendendo a colocação do ex-Presidente do BDMG, "o alcance de estágios superiores de desenvolvimento e complexidade industrial, na realidade, abre para eles os amplos campos do desenvolvimento urbano, do controle ambiental e tantos outros campos novos. Ao invés de se esgotar, a missão do banco de desenvolvimento tende a aumentar com o desenvolvimento industrial e a urbanização". (11)

Em função desse alcance do debate aberto acerca dos BD's, a Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento-ABDE promoveu, em novembro de 1981, na cidade do Rio de Janeiro o III Seminário de Integração Nacional, tendo como tema principal o papel dos bancos de desenvolvimento e suas reais funções em uma economia em crise.

O então Secretário de Planejamento do Estado de Minas Gerais, Paulo Roberto Haddad, em palestra realizada, sintetizou a situação dos BD's de forma bastante clara, inclusive alertando e retomando uma vez mais a hipótese da possível extinção dos BD's.

"Os BD's estão vivendo hoje uma carência de recur-

(10) FERNANDES, Luis Anibal de Lima. Uma posição para os BD's na economia. RUMOS DO DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro. 4 (24):4, jul/ago. 1980.

(11) Ibidem.

so e, por não terem acesso a linhas de financiamento para programas específicos, arriscam-se a disputar no mercado financeiro privado, recursos que vão descaracterizando esses bancos como instituições de desenvolvimento. E, se realmente os BD's continuarem a operar numa linha desse tipo, inevitavelmente a necessidade de sua existência será questionada".

O Secretário Paulo Haddad alertou também sobre uma atmosfera neo-liberal, que começava se delinear na condução da economia brasileira e que levaria a esfera federal a alimentar "uma tendência crescente para reforçar a economia de mercado como opção fundamental para o país, em detrimento do grau de intervenção do estado, e, conseqüentemente, dos sistemas de planejamento no processo de desenvolvimento", o que traria repercussões diretas sobre o funcionamento dos bancos de desenvolvimento, pois, "a partir da consolidação da idéia de que é preciso fortalecer os mecanismos de mercado em detrimento dos processos de planejamento, nós podemos ter como resultado, para o sistema de bancos de desenvolvimento, um papel secundário em termos de disponibilidade de recursos e 'status' político". (12)

Para Haddad, o dilema entre economia de mercado e planejamento pode enfraquecer a capacidade de negociação e a própria sobrevivência dos BD's, e sua posição é de que "somente através do reforço das instituições de planejamento e dos órgãos de pesquisa, é que poderemos detectar alternativas para

(12) Secretários Estaduais Descentralização como Fator de Fortalecimento dos BD's. RUMOS DO DESENVOLVIMENTO. 6(32):13. nov/dez. 1981.

o padrão de crescimento atual e identificar políticas de médio e longo prazos, que ofereçam taxas de benefício para os diferentes grupos sociais". (13)

O Superintendente da área de planejamento do BNDE, José Hamilton Mandarino de Mello, fortaleceu o argumento de Haddad em sua preocupação sobre os supostos avanços de uma política conservadora comprometida ainda em discutir o livre mercado como opção econômica, e fez ênfase na importância de os BD's mostrarem-se ativos dentro do sistema de planejamento nacional, evitando que os adeptos incorrigíveis do liberalismo econômico consigam impor mudanças na condução da economia nacional, pois, em um regime de livre mercado, as chamadas 'forças de mercado' iriam aumentar ainda mais os desequilíbrios regionais. Em uma situação dessas, "as empresas vão procurar mercado e infra-estrutura e isso só será possível nos centros mais ricos, conseqüentemente, acumularão mais renda, e assim sucessivamente". (14)

Mello ainda fez colocações no sentido de realçar-se a importância dos BD's na distribuição espacial de recursos, assim como observou, com otimismo, que o processo de normalização institucional para que caminha o país tenderá a fortalecer as unidades federativas, fortalecendo como consequência os bancos estaduais e regionais de desenvolvimento.

Ainda no mesmo seminário, o Presidente da Associação de Bancos de Investimento - ANBID, Ary Waddington, pedia

(13) Ibidem 6(32):15.

(14) Idem.

uma definição dos BD's já que, para ele, tinha chegado o momento dessas instituições fazerem uma opção política, porque "ou o BD é uma instituição de mercado ou é uma instituição especial, cuja sobrevivência depende do apoio do governo".⁽¹⁵⁾ E este parece ser um ponto nuclear em todo o debate em que quase sempre é retomado, pois os interesses de grupos financeiros privados fazem com que estes acompanhem com muita atenção a intromissão indesejada dos BD's em sua supostamente privativa área de atuação. O Presidente da ANBID colocou ainda em discussão outro ponto dos mais polêmicos, quando se discute os BD's, que é o do objetivo lucro, ou seja, se os bancos de fomento devam ou não ter lucro como base para seu desempenho. Ary Waddington não vê contradição alguma entre atividade de fomento e rentabilidade, devendo portanto os BD's conduzir suas aplicações no sentido de patrocinar unicamente investimentos viáveis, com rentabilidade financeira para manter os BD's operando de forma auto-suficiente.

Como produto desse seminário, parece ter ficado claro a indefinição e as dúvidas relacionadas ao futuro dos BD's. A abrangência do debate fez com que, de certa forma avançasse a discussão no sentido de identificar a aparente fragilidade dessas instituições, totalmente vulneráveis e dependentes da política econômica federal.

O Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento tem,

(15) BD's Querem Participar do Mercado em Igualdade de Condições com Instituições Privadas. RUMOS DO DESENVOLVIMENTO. 6(32):25 nov/dez.1981.

de concreto, algumas prioridades para os próximos anos. A substituição, por parte das indústrias e agro-indústrias, do uso de derivados de petróleo é uma delas. O setor energético, portanto, receberá - e já vem recebendo - um tratamento especial por parte do SNBD.

Em análise feita para a revista Rumos do Desenvolvimento, em janeiro de 1982, o presidente do BNDE, Luis Sande, fortaleceu esta prioridade com bastante ênfase;

"Tendo em vista a execução da política elaborada, projetos apoiados pelo sistema BNDE estão sendo classificados em dois níveis de prioridades. O setor energético recebeu prioridade absoluta, o que significa tratamento preferencial para os projetos que tenham como objetivo o aumento da oferta de insumos energéticos, reflorestamento com fins energéticos, energia elétrica e substituição de energia na indústria e agro-indústria". (16)

Os demais setores, principalmente os que sempre foram os objetivos dos BD's, passam a um plano secundário no interesse do sistema.

"Os setores eleitos como de prioridade relativa inserem-se nos mesmos objetivos e representam a manutenção do compromisso histórico do BNDE com aqueles segmentos econômicos para os quais sua ação financiadora tem-se mostrado decisiva. É o caso dos setores de bens de capital e insumos básicos, ob-

(16) BNDE Pede Realismo para Evitar Problemas Piores no Futuro. RUMOS DO DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro. 6(36):6. Jan/fev. 1982.

jeto de atenção permanente do sistema BNDE, tanto por sua contribuição à poupança de divisas, como pelo apoio logístico que fornecem à continuidade da promoção de desenvolvimento econômico". (17)

Essas diretrizes seriam a contribuição e, ao mesmo tempo, a tentativa da readaptação dos BD's frente aos grandes conflitos do momento econômico, constituindo "um esforço do sistema para adaptar-se à situação geral de escassez de recursos, sem que perca a efetividade nas suas funções de apoio à ampliação do estoque de capital da economia brasileira, como executor da política financeira de longo prazo do governo". (18)

No entanto, Luis Sande, continuando a análise, constata a queda dos recursos desembolsados pelo sistema BNDE no ano de 1981, da ordem de 12%, em termos reais, em relação a 1980. (19)

A redução do crescimento da produção e o aumento incontrolável da taxa de desemprego vem refletir um momento em que os BD's mostram-se impotentes em conduzir até mesmo os seus esforços no sentido de manter os estoques de capital da economia brasileira, aspecto fundamental na tentativa da reciclagem da economia.

O Relatório Anual da ABDE, referente ao desempenho dos BD's em 1981, analisando a queda de produção da economia

(17) Ibidem.

(18) Idem 6(36);7.

(19) Idem.

brasileira e seus múltiplos desdobramentos, sintetiza, de forma abrangente, toda a complexidade da relação BD's e crise econômica a partir de 1979, quando aconteceu a ruptura no processo vital dessas instituições, em função de sua descaracterização frente ao dilema da crise.

Foi o setor industrial o mais afetado, ocorrendo principalmente na indústria de transformação as maiores quedas nos níveis de produção e a dispensa de maiores contingentes de mão-de-obra.

Esses problemas não poderiam deixar de repercutir nos bancos de desenvolvimento. Defrontando-se, de um lado, com uma redução no volume de crédito repassado pelas instituições financeiras federais, por força de contenção dos orçamentos públicos e, de outro, com uma retração da demanda por investimentos, principalmente daquela exercida pelas indústrias privadas, os bancos de desenvolvimento procuraram complementar suas aplicações com a utilização de novas fontes de recursos, que atendessem às necessidades empresariais. Diante do aumento da capacidade ociosa, as empresas industriais passaram a requerer com mais intensidade financiamentos para capital de giro, recursos de que as instituições federais não dispunham.

Tendo em vista a escassez de recursos próprios e a insuficiência dos créditos oficiais, os BD's intensificaram a captação de recursos no mercado, ampliando consideravelmente o passivo representado pelos depósitos a prazo e pelos empréstimos em moeda estrangeira". (20)

(20) Relatório da ABDE-1981. RUMOS DO DESENVOLVIMENTO. Rio de

Com a economia em crise e com a demanda, por parte do setor privado, unicamente voltada para a necessidade de capital de giro, não é difícil imaginar o desdobramento e o peso dessas dificuldades.

As diversas opiniões e colocações que acabamos de expor, representam uma situação bastante real, nem por isso menos confusa, da situação dos BD's frente ao desafio da crise. Pelo que pudemos observar, a partir das colocações de pessoas ocupantes de cargos importantes dentro da esfera de poder do SNBD, as alternativas para os BD's restringem-se ao curto prazo. Parece ter ficado claro que a solução dos problemas dessas instituições não está visível, e dificilmente o estará se depender das propostas - muitas vezes ingênuas - apresentadas.

Foi intencional limitar a discussão sobre os BD's a figuras com poder decisório dentro do sistema, pois a estes caberá conduzir a readaptação desses bancos. Alguns, como pudemos observar, demonstram até mesmo muita clareza ao refletir o momento econômico e principalmente alertando sobre possíveis avanços de uma corrente conservadora disposta a manipular, controlar ou até mesmo tentar extinguir as instituições de fomento do cenário do país, em nome do livre mercado.

A partir dessa leitura, com o conhecimento da fluidez da situação, acrescida do ecletismo das colocações, poderemos então avançar mais concretamente no estudo dos BD's, objetivando nossa reflexão para um caso geral - a análise de proje

tos - comum a todos os BD's e um em particular - o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

3.3. O ESPAÇO POSSÍVEL

O primeiro e decisivo passo para a reorientação dos BD's, não necessariamente precisa ser concretizado a nível do poder decisório central do SNBD. É possível buscar essa reorientação nos limites de cada instituição, ainda que pareça uma tarefa difícil de se realizar.

É a partir da reformulação da Análise de Projetos que poderemos obter e colher resultados satisfatórios na distribuição de recursos financeiros. A Análise de Projetos é, portanto, o campo de luta para uma completa revisão da forma de atuação dos BD's. É justamente nesse espaço que irá se desenvolver o segundo estágio do debate em torno dessas instituições de fomento, pois diferentes estudos sobre a relevância desse ponto já começam a ser apresentados.

Não se trata de ampliarmos o debate no sentido de transformar a conhecida Análise Financeira em uma análise mais abrangente. O que nos parece importante é a reorientação da análise financeira tradicional para um outro patamar, que é o de avaliação do desempenho dos BD's ao nível do social, para depois pensarmos na implantação da chamada Avaliação Social de Projetos. Esta, então, viria a assumir e desempenhar um papel determinante na aprovação dos financiamentos demandados. Passaríamos, portanto, da ótica exclusivamente comercial do em-

preendimento para o aspecto do desenvolvimento social. A perspectiva passa a ser outra e a efetivação da Avaliação Social de Projetos (ASP) iria determinar uma reformulação até certo ponto revolucionária na atuação dos BD's. A sua até então rígida forma de atuação seria transformada para exercer e canalizar seu potencial em busca de um desenvolvimento mais participativo, atingindo com isso parcelas da comunidade que até então mantêm-se à margem dos benefícios advindos da atuação dos BD's.

No entanto, imaginar um aparelho de Estado, como é um BD, completamente voltado para interesses comunitários, com ampla participação dos segmentos da sociedade é, como não poderia deixar de ser, pura e inconseqüente ilusão. As circunstâncias históricas do desenvolvimento capitalista brasileiro não permitem -pelo menos atualmente- a concretização dessa idéia. E na impossibilidade de, no momento, pensarmos um BD atuando dessa forma, poderemos indicar rumos nessa direção, através, principalmente, dos limites visíveis e possíveis de serem atingidos, conquistando assim espaços importantíssimos na reorientação desses bancos.

3.4. A ORTODOXIA DA ANÁLISE DE PROJETOS

Os critérios utilizados pelos bancos de desenvolvimento para a análise de projetos são unicamente de caráter micro-econômico, pois o instrumental analítico atinge apenas a empresa como unidade econômica isolada, completamente à margem do contexto econômico regional.

As únicas preocupações existentes, por parte dos BD's, são saber a taxa de rentabilidade do projeto -para que o crédito seja amortizado dentro do prazo previsto- e as garantias reais que o demandador de recursos possa oferecer. O determinismo que é gerado por este enfoque gera efeitos assimétricos para uma análise técnica mais abrangente, pois o reducionismo apresentado pelas análises financeiras tradicionais fragmenta a visão do todo, ou seja, do contexto econômico e social em que a empresa objeto de financiamento se insere.

Existe, portanto, na análise de projetos, uma lacuna bastante visível, que seria a avaliação estrutural (ou econômica e social) de cada projeto, pois entendemos que a análise ora praticada é exclusivamente financeira. E por ser desta forma, é inevitável que deixe a desejar. Um BD não pode ter visões parceladas da realidade que transforma. Afinal, as estruturas construídas não têm características a-históricas para que permitam esse comportamento passivo dos BD's. Essas instituições devem melhor compreender os fatos históricos determinantes dos fenômenos econômicos que as envolvem, pois só assim poderão visualizar seu verdadeiro papel na sociedade contemporânea. Do contrário, teremos sempre presente a atmosfera confusa que vem dominando o debate em torno dos BD's.

Tendo por base uma deficiente Análise de Projetos, praticamente construída e manipulada -muitas vezes inconscientemente- por economistas cuja visão teórica parte da escola neoclássica, os BD's permanecem estáticos exatamente onde deveriam impor uma dinâmica inovadora.

No entanto, é justamente a avaliação de projetos que

determina o comportamento dos BD's em sua típica função de sustentar o papel econômico do Estado na economia, como sujeito ordenador de um sistema econômico nada coeso. Talvez resida justamente neste ponto uma das grandes contradições em torno do desempenho dos BD's, pois sendo a análise financeira praticamente o único critério determinante na aprovação ou não dos financiamentos concedidos por esses bancos e sendo essa mesma análise composta de uma metodologia completamente voltada aos interesses estanques de cada unidade econômica, é impossível compatibilizar uma filosofia de atuação Keynesiana com uma prática -através da avaliação de projetos- neoclássica.

Afinal, o BD é um instrumento de ordenação econômica do Estado e por isso mesmo uma força economicamente decisiva no sistema social do país e querer limitar esse potencial relativizando a importância da análise de projetos -que observa unicamente os aspectos micro de cada empresa- é, sem dúvida, restringir o alcance desses bancos. A visão parcial e fragmentada apresentada pela utilização da análise de projetos observando a empresa como detentora de um ciclo vital próprio e um papel individual e autônomo dentro de uma imaginária "economia de livre mercado" contradiz frontalmente com os compromissos mais abrangentes de um BD, que é o de promover um desenvolvimento sólido e integrado em seus aspectos sociais e econômicos.

3.5. A AVALIAÇÃO SOCIAL DE PROJETOS - UMA PROPOSTA ALTERNATIVA?

A Avaliação Social de Projetos não é uma proposta

inédita, ou mesmo uma novidade no universo dos BD's.

O economista Júlio Olímpio Fusaro Mourão, do BNDES, faz um histórico da Avaliação Social de Projetos;

"A metodologia 'social' de projetos é conhecida desde a década de 50, tendo sido sugerida especialmente pelos economistas Timbergen e Chenery. (21)

Seu desenvolvimento foi feito especificamente para atender a solicitação do BIRD-Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e posteriormente BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento e da UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, que se defrontavam com o problema de avaliar projetos de investimento em países subdesenvolvidos.

Formulada unicamente para ser aplicada na análise de custos-benefícios de projetos públicos, em especial de infra-estrutura econômica e social, a metodologia foi ampliada para abranger também projetos privados submetidos à aprovação dos órgãos internacionais". (22)

Júlio Mourão prossegue identificando a existência

(21) Apud. TIMBERGEN, Jan. THE DESIGN OF DEVELOPMENT, Johns Hopkins Press. Baltimore, 1958. CRITÉRIOS DE INVERSION Y DESARROLLO ECONOMICO. Ediciones Rialp, Madrid, 1965, contendo trabalhos apresentados em seminário realizado em 1954, em Cambridge.

CHENERY, H.B. trecho escrito especialmente para o MANUAL DE PROYECTOS DE DESSAROLLO ECONOMICO, Naciones Unidas, México, 1959, pgs. 224 e seguintes e "Developman Policies and Programs", Economic Bulletin For Latin America, 1958.

(22) MOURÃO, Julio Olímpio Fusaro. A Avaliação Social de Projetos - Uma Metodologia para a Dependência. Rio de Janeiro. Coppe-UFRJ.s/d. (2ª redação para tese de Mestrado).

de duas metodologias de Avaliação Social de Projetos;

"Atualmente existem duas abordagens teóricas para a metodologia de Avaliação Social, a abordagem da UNIDO e a da OCDE- Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A abordagem da UNIDO, apresentada no livro 'Guidelines for Project Evaluation',⁽²³⁾ procura estabelecer os 'preços sociais',⁽²⁴⁾ pela ótica da demanda, ou seja, procura examinar quais as imperfeições existentes no mercado, e introduzir as correções necessárias a que os preços possam exprimir aquilo que os consumidores estariam dispostos a pagar por determinadas quantidades do produto ou do fator. A abordagem do OCDE, desenvolvida pelos economistas Ian M.D. Little e James A. Mirrlees, é apresentada no conhecido 'Manual de Projetos' da OCDE.⁽²⁵⁾

Esta abordagem, diferentemente da anterior, procura estabelecer os preços de equilíbrio que existiriam no mercado de concorrência perfeita, pela ótica da oferta. Os 'preços sociais' serão os custos de oportunidade de obtenção de um fator, da compra de um produto ou de aplicação alternativa de capital. As duas óticas, pelos pressupostos teóricos comuns, caso aplicados com critérios coerentes, levam ao mesmo resultado. Entretanto a abordagem de Little e Mirrlees foi mais amplamente difundida, em especial por ter sido adotada pelo BIRD

(23) Apud. Guidelines For Project Evaluation. United Nations, Nova York, 1972.

(24) 'Preços sociais' seria a tradução para o conceito de 'shadow prices' (preços-sombra).

(25) Apud. LITTLE, Ian M.D. e MIRRLEES, James A. Estudo Social del COSTO-BENEFICIO en al Industria de Países en Desarrollo - Manual de Evaluatation de Proyectos, Cemla, México, 1973.

e pelo BID". (26)

A técnica do Banco de Desenvolvimento do Paraná-BADEP, Angela Kalckmann Romanô, sintetizando o que existe de trabalhos publicados sobre Avaliação Social de Projetos, faz muita ênfase a ainda outro método, o chamado 'Método dos Efeitos';

"Historicamente considera-se que a publicação pela OCDE de Little e Mirrlees em 1969, foi o primeiro passo em termos de metodologia de Avaliação de Projetos, sendo seguido pela ONUDI em 1972 - 'Diretivas para a Avaliação de Projetos' e em 1975 pelo método de MM Squire et Vander Tack, publicado pelo BIRD. As equipes francesas de cooperação por seu lado desenvolveram um outro método - 'O Método dos Efeitos'.

Os métodos OCDE, ONUDI e BIRD partem do princípio de que os preços de mercado nos países em vias de desenvolvimento não são necessariamente aqueles que devem ser utilizados para a avaliação a nível do setor público. O problema é determinar o preço que o governo deveria utilizar. Este preço, denominado 'preço de referência', são valores que deveriam ser atribuídos aos bens (máquinas, equipamentos, matérias-primas etc.), ao trabalho (mão-de-obra qualificada, não qualificada, nacional, estrangeira), ao câmbio, e ao tempo de carência (chamada taxa de atualização).

Já o método dos efeitos consiste em medir o impacto da implantação e do funcionamento de um projeto numa economia

(26) MOURÃO, Julio Olímpio Fusaro. Op. Cit.

subdesenvolvida ou em desenvolvimento:

- estudando caso por caso o impacto do consumo dos insumos sobre a produção dos ramos de atividade ou sobre as importações;

- conhecendo-se a demanda interna e comparando a situação do projeto à situação sem o projeto.

O impacto é caracterizado pela renda suplementar gerada desde a fase de construção até a fase de exploração do projeto e por categoria de agentes nacionais (assalariado, empresário e Estado) e internacionais.

O método dos efeitos foi concebido dentro do contexto da planificação. Desta forma, as análises e os cálculos dos efeitos do projeto sobre a economia refletem-se mais sobre os procedimentos da planificação do que sobre o cálculo econômico do tipo custo/benefício como nos métodos precedentes. O cálculo econômico no Método dos Efeitos tem apenas um papel secundário para facilitar e estabelecer as decisões em certas fases do processo de planificação". (27)

O Método dos Efeitos, pouco conhecido e divulgado, abre algumas perspectivas interessantes, principalmente porque valoriza o aspecto do planejamento econômico sem resumir e limitar a avaliação do projeto ao nível micro. Quanto aos outros métodos conhecidos de Avaliação Social de Projetos, estes, sem dúvida alguma, ainda estão presos à idéia de que a economia

(27) ROMANÓ, Angela Kalckman. Considerações sobre métodos de Avaliação de Projetos sob o ponto de vista da coletividade. (Curitiba) (BADEP) s/d., 2p.

funciona em regime de concorrência perfeita, o que parece profundamente ingênuo no atual estágio do desenvolvimento capitalista.

Parece existir, portanto, a certeza de que a avaliação social de projetos hoje conhecida não é uma alternativa concreta às análises financeiras tradicionais. O que temos, na verdade, não é uma proposta visando uma ruptura com os critérios da análise de projetos, mas sim, o fortalecimento desta através de uma nova "roupagem", fazendo com que a análise de projetos adquira uma imagem mais adequada ao momento social, político e econômico por que passa o país. Afinal, a ênfase do 'social', através do uso constante do conceito, permitindo com que diferentes e divergentes discursos o utilizem, é um apelo irresistível à retórica do momento.

Não é por isso que devemos simplesmente abandonar a proposta da Avaliação Social de Projetos, mas sim criarmos uma nova avaliação de projetos, em consonância com um planejamento econômico, este sim, bem estruturado e comprometido com os interesses da maioria da população. A avaliação social, elaborada por qualquer metodologia, mas completamente "solta", sem estar articulada a um planejamento mais abrangente, não traria resultados positivos e sua única utilidade seria a de acobertar ainda mais as desigualdades sociais e econômicas do país.

Continuaremos, um pouco mais adiante, a discutir a questão da avaliação social de projetos. No entanto, a partir do próximo segmento tentaremos conhecer um pouco mais do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e sua participa

ção regional do período 1975-1982, para que façamos um elo dessas colocações iniciais e as condições operacionais práticas de um BD.

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E SUA PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO ESTADUAL

4.1. FILOSOFIA DE ATUAÇÃO MODIFICADA OU SIMPLES SOBREVIVÊNCIA?

"O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc foi criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, sob a forma de sociedade de economia mista, tendo sido transformado, posteriormente, em sociedade de economia mista de capital autorizado (Lei nº 5.089, de 30/04/75).

Em 25/07/75, realizou-se a Assembléia Geral de Constituição..."⁽²⁸⁾. Do início de suas operações até o ano de 1982, o Badesc realizou mais de 2.200 operações de crédito, abrangendo projetos de investimentos nos setores de energia, transporte urbano, agroindústria e armazenagem, infra-estrutura turística e indústria e comércio.

Na tentativa de contornar as dificuldades presentes na esfera da economia, acentuadas pelos poucos recursos disponíveis, principalmente os de longo prazo, o Banco, nos quatro últimos anos, vem tentando manter um possível equilíbrio

(28) BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Administração. 1982. Florianópolis.

entre as operações financeiras de maior rentabilidade e as aplicações típicas de um BD.

No entanto, depois de um ano de perplexidade (1979), dois anos de indefinições (1980 e 1981), o Badesc apresentou, em 1982, um surpreendente resultado:

"O saldo de aplicações de Cr\$ 54,7 bilhões registrados no Balanço de dezembro de 1982 representa, em confronto com o total de Cr\$ 14,9 bilhões alcançado em 31/12/81, uma evolução da ordem de 268%". (29)

Para apresentar este atraente resultado, o Badesc nada mais fez do que adaptar-se a uma nova realidade, onde os BD's, para sobreviver, devem concorrer, com todas as armas possíveis, num agressivo e acirrado mercado de captação de recursos.

A conhecida revista EXAME, em sua edição de Junho de 1983, numa análise abrangendo o sistema financeiro nacional, destacou o desempenho do Badesc:

"O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina viveu em 1982 um dos melhores anos de sua existência. Apoiado intensamente na captação de recursos externos ou tomando recursos na cessão de créditos de bancos de investimento, conseguiu expandir seu exigível em 92,9% reais durante o ano passado, conquistando o primeiro posto entre os 15 bancos analisados por EXAME, muito acima do aumento médio de 16%.

(29) Ibidem.

A facilidade de captação permitiu que ampliasse seus financiamentos em 75,7% reais durante o ano passado, chegando a um saldo de 42 bilhões de cruzeiros. Grande parte desses créditos foi dirigida a empresas estatais, informa Lourival Batista Filho, Diretor Financeiro do Badesc: em 1981, 10% dos financiamentos tomavam este destino e em 1982 a proporção subiu para 30%.

Apesar dessa concentração de créditos, o Badesc teve sucesso em termos de lucratividade; seu lucro líquido foi 542 milhões de cruzeiros, ocupou dois segundos lugares, nas classificações por rentabilidade do patrimônio e rentabilidade operacional, com, respectivamente índices de 19,9% e 1,28%". (30)

Teria acontecido, em 1982, o início de uma nova fase na vida do Badesc, ou simplesmente, neste ano, teria finalmente acontecido uma identificada e efetiva descaracterização de um BD, no caso o de Santa Catarina, em face da mudança de orientação em suas práticas operacionais ?

Caso o Badesc esteja assumindo a dianteira dessa nova forma de atuar, cabe questionarmos o alcance do suposto sucesso operacional. Afinal, não deixa de ser surpreendente que um banco pequeno - se considerarmos o universo dos BD's no país - apresente o extraordinário resultado registrado.

O crescimento dos empréstimos, em números percen-

(30) Um Balanço do Setor Financeiro; bancos de desenvolvimento. Exame. São Paulo. 277:63-5, 1ª quin. Junho. 1983.

tuais, comparado com os outros BD's é, como já dissemos, surpreendente. O quadro 01 demonstra com clareza o papel de destaque do Badesc sobre os demais, mas também enfatiza o que pode significar uma tendência que se deve generalizar.

QUADRO 01

CRESCIMENTO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS POR BANCOS DE DESENVOLVIMENTO EM %

Bancos	%
Santa Catarina (Badesc)	75,7
Rio Grande do Sul (Badesul)	48,7
Maranhão (BDM)	40,3
Paraná (Badep)	33,3
Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	25,2
Bahia (Desenbanco)	20,3
São Paulo (Badesp)	14,3
Nacional Desenv.Econômico e Social (BNDES)	13,6
Minas Gerais (BDMG)	12,0
Nordeste (BNB)	9,0
Média do Setor	13,9

FONTE: REVISTA EXAME. Junho de 1983.

Fica claro que o aumento percentual de empréstimos, nas circunstâncias atuais, com a discutida reorientação dos BD's, tem um peso completamente diferente de quando os bancos de fomento operavam com base em sua original filosofia de atuação. Como a própria Revista EXAME admite, o Badesc "conseguiu

triplicar o volume de financiamentos para empresas públicas do estado, enquanto crescia o uso de recursos remunerados. Deduz-se, portanto, que o Badesc repassou os elevados custos de captação para esses e outros tomadores, incorporando ainda uma boa parcela de lucros, o que implica em aumentar o endividamento de empresas públicas". (31)

O exemplo que o Badesc proporciona é nuclear em nossa discussão, pois a transcrição acima é suficientemente evidente para observarmos que a mudança da forma de atuação dos BD's começa a apresentar os primeiros resultados, por sinal, bastante discutíveis, pois, repassando recursos de custo elevado, o Banco assume definitivamente uma nova postura, completamente afastada de seus antigos objetivos.

Essa mudança na forma de atuar não é exclusividade do Badesc. Este, apenas surpreende pelo desinibido papel de condutor do processo.

No caso do banco de Santa Catarina, a ruptura na forma de atuar deu-se bruscamente, no ano de 1982, quando alguns programas de financiamento - até então estranhos ao universo dos BD's - passam a ocupar lugar de destaque na aplicação de recursos.

O quadro 02 vai demonstrar a evolução dos projetos contratados por fonte de recursos e poderemos, então, observar com atenção como os depósitos a prazo fixo assumem rapidamente privilegiadas posições no âmbito das contratações, colocan-

(31) Ibid.

do os demais programas -característicos de BD's- em situação quase que de desprezo.

Os depósitos a prazo fixo -Certificados de Depósito Bancário-CDB e Direitos Creditórios- proporcionaram, em 1982, o volume de Cr\$ 20,8 bilhões, superando os ínfimos Cr\$ 2,3 bilhões do ano anterior.

Esses depósitos atingiram 73% do total contratado, o que vem demonstrar claramente o comportamento atípico do banco, cada vez mais parecido com o de qualquer banco comercial da rede privada.

Os fundos tradicionais -em se tratando de BD's- que em anos passados representavam a maior parte das contratações, começam a declinar assustadoramente em suas participações.

Os recursos da FINAME, por exemplo, ofertados para a aquisição de máquinas e equipamentos diversos, apresentam um decréscimo acentuado, jamais imaginado, pois esses recursos, de longo prazo, e em condições de financiamento sempre aceitáveis, apresentaram, em 1982, o insignificante índice de 1,71% sobre o total contratado.

Também como exemplo, podemos chamar a atenção para os recursos do BNDES, destinados a investimentos fixos e mistos que foram responsáveis no mesmo ano, por apenas 2,60% do volume contratado. Para termos uma idéia, em 1976, este mesmo fundo representou 35,40% do total de recursos contratados pelo banco.

Cabe, no entanto, observar que a utilização deste ou daquele fundo independe da vontade do Badesc. O banco, co

mo já dissemos, é vulnerável à política econômica federal e a opção por esta nova forma de atuação, operando recursos de nenhuma identidade para com um BD, foi literalmente, a única maneira que a diretoria do banco encontrou para manter a instituição funcionando. Dentro dessa lógica, não há como negar a agilidade com que o Banco se adaptou à realidade hostil que o envolveu. Afinal, para ter relativo sucesso num disputadíssimo mercado de captação de recursos, era preciso flexibilidade e atenção desdobrada para perceber as disponibilidades apresentadas por esses mesmos recursos em diferentes momentos.

O fato é que o comportamento do Banco, em 1982, ainda não é suficiente para tirarmos conclusões definitivas sobre a mudança efetiva e permanente de uma nova filosofia de atuação. A situação, em função da crise econômica, é fluida e o argumento de que um BD vem agindo dessa forma para, simplesmente, sobreviver e que a tendência é retomar seus princípios básicos de atuação, pode até ser considerada. No entanto, quando os depósitos a prazo fixo se transformam, como vimos, na fonte de recursos principal e por isso mesmo mais atrativa, fica claro que o futuro de uma instituição de fomento fica comprometido.

O argumento de que a atuação do Badesc é atípica e reflete não somente uma demanda fraquíssima por recursos destinados a investimentos fixos -nenhum empresário vai investir na produção, quando o mercado financeiro oferece atrativos bem mais interessantes- como também o congelamento de vários programas de financiamento, não é suficiente para eximirmos o Banco de qualquer crítica, pois o comportamento de uma insti -

tuição voltada ao desenvolvimento regional não é, ou não deveria ser, sequer parecido com o que foi apresentado.

E se encararmos esse atual papel como definitivo, ou seja, se realmente a filosofia de atuação desses bancos deva ser outra, a de operar como bancos privados, simplesmente teremos de admitir que uma visão neo-conservadora começa a ocupar lugares-chaves na esfera de atuação dos BD's, conduzindo os bancos de desenvolvimento a um experimento adequado à economia de livre mercado. Isto significaria a vitória de uma corrente de pensamento econômico completamente dissociada dos interesses e objetivos mais abrangentes de um BD junto à coletividade.

Se o Badesc, juntamente com os demais BD's, estiver iniciando a caminhada em direção do imprevisível, a mudança de rumos, mesmo que o ajude em sua luta imediata pela sobrevivência, poderá conduzi-lo, paradoxalmente, ao epicentro de um fenômeno que poderá determinar o próprio fim dessas instituições.

4.2. REVISÃO CRÍTICA DE UMA INSTITUIÇÃO COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

4.2.1. A Geração de Empregos como Prioridade em uma Economia em Crise

A questão do emprego, tal como se apresenta hoje, adquire significativa importância. Afinal, o alto índice de desemprego no país tende a crescer ainda mais e as autoridades

governamentais mostram-se impotentes na elaboração de alternativas que venham a proporcionar soluções satisfatórias para o gravíssimo problema.

Os BD's não podem, ou não devem, passar à margem dessa questão, pois a criação de empregos produtivos assume características emergenciais e essas instituições podem, efetivamente, dinamizar uma política de investimentos voltada ao financiamento de projetos industriais e de infra-estrutura social absorvedores de mão-de-obra.

Existe, no entanto, alguma polêmica em torno da discussão teórica se é possível estimular o empresário privado a agir de acordo com interesses sociais mais abrangentes, ainda que invisíveis, ou insensíveis, a ele, apesar das condições inerentes de uma economia capitalista.

Helga Hoffmann, ao abordar a opção do empresário por uma técnica produtiva intensiva em capital ou mão-de-obra, chama a atenção para a visão unilateral desse mesmo empresário, mas faz considerações pertinentes à importância de uma política econômica bem orientada, capaz, em muitas ocasiões, de interferir determinantemente nas ações isoladas do empresário privado.

"O empresariado privado evidentemente escolherá a técnica que lhe permitir maiores lucros e, nesse sentido, a elevada densidade de capital resultante e racional do ponto de vista macro-econômico, mas é bom lembrar que medidas da política econômica influenciam o resultado. A ampla margem de interferência do governo na economia, que hoje em dia nem é privilégio de país subdesenvolvido, faz com que soe algo exagerada a

tese que insinua a completa inutilidade de qualquer referência a técnicas absorvedoras de mão-de-obra numa economia baseada na empresa privada, cujo motor é o lucro".⁽³²⁾

Dentro desse linha de argumentação, seria ou não possível que um BD interferisse e orientasse a opção do empresário privado na escolha de técnicas de produção que absorvessem um contingente maior de mão-de-obra ?

O Badesc, como instituição de fomento, vem se mostrando apático e pouco inclinado a considerar esta questão como das mais relevantes.

A criação de empregos, por exemplo, não é enfoque determinante na aprovação deste ou daquele projeto.

Um engenheiro do Departamento de Crédito Industrial e Especial é bastante claro:

"Nunca, na história do Banco, houve qualquer preocupação em desaprovar determinado financiamento em função deste não gerar emprego algum...".

É bem verdade que, muitas vezes, os analistas de projetos demonstram interesse e sensibilidade ao estudar determinado projeto que absorva um grande contingente de mão-de-obra. No entanto, como já dissemos, isto não tem um peso que venha a determinar sua aprovação. E, mesmo que viesse a ter, não caberia ao técnico analista, através de uma possível, simpática visão do projeto, a responsabilidade exclusiva da

(32) HOFFMANN, Helga. Desemprego e Subemprego no Brasil. São Paulo, Ática, 1980. p. 107.

geração de empregos por parte de cada financiamento efetivado pelo banco. Afinal, a viabilização de uma política de desenvolvimento, por parte de um BD, quando voltada a objetivos bem de finidos -no caso a geração de empregos diretos- deve partir de uma área de planejamento, onde os estudos setoriais e as pesquisas desenvolvidas indicariam as prioridades regionais e os setores da economia que mais absorvessem mão-de-obra. A esses setores, então, seriam canalizados os programas de financiamento, de forma a que os objetivos visados fossem atingidos. (33)

No entanto, o tema cada vez mais torna-se secundário nas discussões que envolvem o desempenho do Banco. Afinal, justifica-se, a própria descaracterização dos BD's impede, quase que totalmente, que preocupações dessa natureza ocupem lugar de destaque na linha de atuação da instituição. Mas, ao ficarmos presos neste aparentemente insuperável argumento -a crise econômica e a descaracterização dos BD's- não haverá mais espaço para se discutir qualquer proposta que envolva a atuação dessas instituições no plano do desenvolvimento social. É, sem dúvida, um cômodo argumento que sustenta, acima de tudo, um imobilismo inaceitável para um banco de desenvolvimento.

Somadas essas dificuldades, acrescidas do fato de que o Badesc ainda não dispõe de uma área de planejamento realmente participativa na política de desenvolvimento impulsiona

(33) No caso do Badec, isto não é, pelo menos no momento, possível, pois a área de planejamento encontra-se ainda em fase de reorganização. A antiga APLAV- Área de Planejamento e Avaliação foi surpreendentemente extinta há três anos e somente agora vem sendo

da pelo Banco, a tarefa de encontrar ou definir caminhos alternativos, a nível de instituição, parece difícil de ser realizada.

Algumas hipóteses foram levantadas e discutidas com técnicos do banco, mas, na verdade, não tiveram continuidade. A preocupação, por exemplo, de condicionar a aprovação e a liberação do crédito a um mínimo de novos empregos gerados nem sempre encontrou boa receptividade, pois alguns técnicos entendem que os financiamentos ao setor privado não admitem um nível de interferência maior, por parte do banco, do que o já existente.

Um técnico do Departamento de Crédito Industrial defende seu ponto de vista:

"O empresário é soberano em seu investimento e ao exigirmos um número mínimo de empregos diretos, amanhã ou depois o empreendimento poderá não dar certo e a responsabilidade do Banco será muito grande".

Com o que não concorda um colega seu, este da Área de Acompanhamento:

"Se o Banco já exige inúmeras garantias ao empresário privado, não vejo porque ser difícil exigir também, em cláusula contratual, um número mínimo de novos empregos como condicionante para o financiamento ser aprovado".

Colocação bastante curiosa foi a de um outro técnico, da Área de Crédito Industrial, fundamentando a dificuldade em se exigir "alguma coisa" do empresário, em face do alto custo dos recursos atualmente repassados pelo banco:

"Para ser franco, eu tenho é muita vergonha de oferecer esse dinheiro caríssimo que estamos operando. Como posso ainda querer exigir alguma coisa do empresário se quase lhe peço desculpas por ali (na empresa) estar ?".

Na verdade, pelas dificuldades formais acima comentadas, nunca se pensou, efetivamente, em exigir algo de concreto do empresário, pretendendo-se, apenas, orientá-lo no sentido de utilizar técnicas produtivas utilizadoras de mão-de-obra. Mas a dificuldade parece permear todas as hipóteses, pois até mesmo a carência de pessoal especializado foi levantada para justificar um possível insucesso dessa alternativa. "É, acima de tudo, uma questão de pessoal", sintetizou um gerente de Área.

Como vemos, parece não existir opções para a superação do impasse.

Um economista da Área de Planejamento, abordando aspectos conjunturais da crise econômica, foi além:

"No atual momento, a questão não se resume em aumentar o nível de investimento na economia, mas sim em buscar uma recuperação de mercado para que as indústrias deixem de operar com capacidade ociosa. Se isto acontecer, mesmo sem novos investimentos, o nível de emprego aumenta quase que automaticamente".

E como síntese de todas estas colocações, a maioria dos técnicos acha que uma política de investimentos comprometida com a geração de novos empregos é praticamente impossível no momento, pois a crise econômica não permite maiores pretensões.

No entanto, é evidente que a questão é pertinente, pois o tema envolve a maior parte do corpo técnico do banco e o nível de preocupação apresentado eleva o tema a um patamar de prioridades ainda a ser dimensionado, mas já perfeitamente possível de algumas reflexões.

No entanto, não existe uma única pessoa no Badesc que possa responder com exatidão, ou mesmo aproximadamente, quantos empregos o banco já gerou através dos financiamentos contratados desde o início de suas atividades.

A inexistência de dados sobre o número total de empregos gerados é injustificável. Se nunca existiu uma preocupação em operacionalizar uma política de investimentos produtivos absorvedores de mão-de-obra -mesmo antes do ponto de ruptura, em 1979-, pelo menos o item 'empregos gerados' deveria ter sido acompanhado com mais atenção.

Entretanto, através de exaustivo levantamento, conseguimos levantar alguns números -os únicos possíveis- exclusivamente referentes aos financiamentos destinados a investimentos fixos realizados no setor secundário da economia catarinense. A análise desses números vem comprovar ainda mais a descaracterização quase que completa do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina como instituição de fomento.

Como dados gerais podemos adiantar que com os financiamentos realizados ⁽³⁴⁾ no período 1975-1982, o Badesc pro-

(34) É bom ressaltar que os números referem-se unicamente ao setor secundário.

porcionou a criação de 4.635 empregos, apresentando uma média anual de 579 empregos diretos.

O período 1975-1978, quando o banco ainda apresentava um comportamento típico -ou digno- de um BD, apresentou, como não poderia deixar de ser, uma média bem superior ao período 1979-1982 época em que, como vimos anteriormente, aconteceu uma completa reorientação das atividades da instituição.

No primeiro período foram gerados 3.242 empregos diretos e no segundo foram criados 1.393 empregos. Para os primeiros quatro anos, -na verdade três anos e meio, pois o banco foi fundado em meados de 1975- coube 70% do total de empregos criados, o que, convenhamos, é um dado irrefutável na comprovação dessa descaracterização do Badesc como Banco de Desenvolvimento.

Ao apresentar, em 1982, -"um dos melhores da vida do banco", segundo a revista EXAME-, a criação de um número insignificante de 397 novos empregos, o paradoxo mostra-se presente. Pois, enquanto pelos demonstrativos financeiros o banco apresenta um "excelente" resultado, o melhor de sua existência, os números referentes aos totais de empregos gerados são os mais baixos desde sua fundação.

A convivência nada pacífica desses dois resultados demonstra com muita clareza o momento amplamente contraditório que vive a instituição. A inexplicabilidade dessa paradoxal situação vem dificultando a elaboração de estudos voltados à superação desse problema e levando a um perigoso imobilismo operacional.

4.2.2. Economia Estadual e a Participação do Badesc

Para buscarmos alguns dados mais precisos sobre a efetiva participação do Badesc na economia catarinense, fizemos um estudo, específico ao setor secundário, para avaliarmos o real alcance da instituição frente à realidade que atinge.

O presente levantamento busca apenas suprir uma necessidade em ordenarmos essa participação, no sentido de que possa tornar mais ilustrativa nossas conclusões sobre o desempenho do banco.

Os dados, portanto, visam unicamente fazer um breve histórico da atuação da instituição frente a um determinado segmento da economia estadual, proporcionando um retrato bastante amplo do período 1975-1982, quando alguns importantes financiamentos foram contratados.

Os gêneros de atividades atingidos pelo estudo serão analisados na seguinte ordem:

- 01 - Madeira
- 02 - Mobiliário
- 03 - Têxtil
- 04 - Vestuário
- 05 - Alimentar
- 06 - Bebidas
- 07 - Editorial
- 08 - Material de Transporte
- 09 - Extração Mineral
- 10 - Minerais não Metálicos
- 11 - Metalurgia

- 12 - Mecânica
- 13 - Material Elétrico
- 14 - Papel e Papelão
- 15 - Química
- 16 - Plástico

- 01 - Madeira

"Foi tão importante, economicamente, a exploração e a exportação de madeiras que, historicamente, se poderia falar nos diferentes ciclos da madeira em Santa Catarina. Nos últimos decênios foi a exportação de madeira tão influente no desenvolvimento econômico do estado, que chegou a representar mais da metade do volume de sua exportação". (35)

Porém, com a exploração desordenada, a atividade madeireira teve sua participação na economia do Estado reduzida, no decorrer dos anos. Em 1970, o índice participativo na economia estadual era de 19,5%, quando vinte anos atrás era de 27,4%. (36) O mesmo fenômeno se deu com relação à mão-de-obra absorvida pelo setor, também apresentando um índice percentual de crescente.

"Em 1970, existiam 2.893 estabelecimentos do gênero, os quais representavam 32,95 do total existente no estado

(35) Apud. REITZ, Raulino et alii. Projeto Madeira de Santa Catarina. IBDF. Itajaí, 1978. 320p.

(36) FUNDAÇÃO INSTITUTO TÉCNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. Diagnóstico da Economia Catarinense. V. 2. p. 102.

(indústria de transformação). Comparado com os demais da classe, foi o mais representativo. Estes estabelecimentos empregaram 28.554 operários, ou seja, 25,21% da mão-de-obra alocada na indústria de transformação. Com este percentual as indústrias de madeiras foram as que absorveram o maior contingente de operários. A média de pessoas ocupadas, por estabelecimento, situou-se em torno de 10, portanto, inferior à indústria de transformação, que empregou em média 13 operários. Devido a essa baixa média, conclui-se que o gênero se constitui basicamente de estabelecimentos de pequeno porte". (37)

Quanto à distribuição espacial das indústrias madeireiras, observou-se que as mesmas estão distribuídas por todo o estado, mas com uma concentração maior das microrregiões: (38)

Microrregião do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), microrregião do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), microrregião do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) e microrregião Serrana (AMURES).

No período 1975-1982, o Badesc financiou, para investimento fixo, exatamente 9 empresas do gênero, viabilizando com isso a criação de 805 novos empregos diretos. A média de empregos gerados por empresas situou-se em torno de 89 pessoas, que, como vemos, é bastante superior à média estadual, o que significa que o Banco financiou basicamente grandes e médias empresas do gênero.

Em valores correntes, os investimentos somaram

(37) Ibidem.

(38) Ver anexo 1 a divisão do estado em microrregiões e os respectivos municípios que as compõem.

Cr\$ 119.594 mil, com os financiamentos atingindo a ordem de Cr\$ 78.483 mil.

Estes mesmos valores corrigidos, somariam hoje importância equivalente a Cr\$ 2.144.629 mil para o investimento total e Cr\$ 1.809.045 mil para os financiamentos. (39)

O custo da geração de cada emprego para os investimentos realizados (CGEIR) foi de Cr\$ 3.033 mil e o custo da geração de cada emprego para os financiamentos realizados (CGEFR) foi de Cr\$ 2.247 mil.

02 - Mobiliário

O gênero mobiliário não tem muito peso no espaço industrial catarinense, mas tem significativa importância no que diz respeito à absorção de mão-de-obra, ocupando a quinta posição em termos de emprego industrial e absorvendo 5,58% da mão-de-obra alocada na indústria de transformação.

Segundo trabalho publicado pela Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento- ITEP, as indústrias moveleiras apresentam um dos mais baixos índices de produtividade do

(39) Os valores foram reajustados com o objetivo de, além de termos uma idéia mais precisa do volume de recursos aplicados, atingir dois índices; o custo de geração de cada emprego gerado pelos investimentos realizados (CGEIR) e o custo de geração de cada emprego para os financiamentos realizados (CGEFR). O cálculo para se ter esses custos são os mais simples possíveis;

$$CGEIR = \frac{\text{Valor Investido}}{\text{nº novos empregos}}$$

$$CGEFR = \frac{\text{Valor Financiado}}{\text{nº novos empregos}}$$

Os valores inflacionados tiveram como base as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's. O mês base foi Junho de 1983.

estado e as causas dessa baixa produtividade seriam, como diz o estudo, a insatisfatória qualidade da mão-de-obra, a inadequação do maquinário e até mesmo a falta de planejamento geral por parte das empresas do setor.

"No tocante à estrutura de custos das empresas do mobiliário, as despesas estavam assim distribuídas: 29,34% com os salários e 70,66% com as operações industriais. Dentro do item operações industriais, destacamos as despesas com matéria-prima e embalagem, as quais foram responsáveis por 94,55% dos dispêndios dessa natureza. Em termos de despesas com salários, o gênero dispendeu 4,43% do total da indústria de transformação". (40)

As Microrregiões do Nordeste do Estado de Santa Catarina (AMUNESC), microrregião do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), microrregião do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), microrregião do Sul do Estado de Santa Catarina (AMSESC) e microrregião do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) são as que concentram o maior número de indústrias do setor, detendo, segundo o Censo Industrial de 1970, mais de 60% dos estabelecimentos industriais do ramo moveleiro.

"Todo o território do Estado é coberto por empresas do gênero, todavia, exceto no referente à região nordeste (São Bento do Sul e Rio Negrinho), os estabelecimentos são de peque-

(40) FUNDAÇÃO INSTITUTO TÉCNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, Op. Cit. v. 2. p. 107.

no porte, tendo, tão somente, expressividade local. Observa-se, também, a pequena incidência de indústrias do mobiliário nas regiões grandes produtoras de madeira de pinho (Região Planalto Norte, Alto Rio do Peixe e Serrana), nas quais também se constata maior aproveitamento industrial desta matéria prima, que é exportada após sofrer simples processo de retalhamento". (41)

Os empresários do gênero sempre enfatizam a dificuldade em conseguir mão-de-obra qualificada. Suas empresas, segundo os mesmos, ressentem-se de pessoal e o problema é sempre colocado.

"Para as empresas de pequeno porte, são os operadores de máquinas que lhe são mais necessários (...). As médias apontaram maiores dificuldades no recrutamento de pessoal especializado de forma geral em acabamento de produto. As grandes empresas também sentem o problema da mão-de-obra especializada (...). Muitas dessas empresas sentem falta de técnicos de madeira e em manutenção (...)" (42)

No gênero, a participação do Badesc não foi muito significativa, pois financiou no período, apenas 4 empresas, o que proporcionou a geração de 90 empregos diretos.

Em valores correntes, o volume do investimento foi de Cr\$ 9.906 mil e os recursos financiados atingiram Cr\$ 7.870 mil.

(41) CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA-CEAG/SC. Diagnóstico da Indústria do Mobiliário de Santa Catarina. Edeme. Florianópolis. 1976. 190 p.

(42) Ibidem.

Reajustados, esses recursos apresentam, para os investimentos, Cr\$ 213.926 mil e Cr\$ 164.558 mil para os financiamentos.

Tendo por base esses valores e calculando o custo de geração de cada emprego, teremos o CGEIR no valor de Cr\$2.376 mil e o CGEFR de Cr\$ 1.828 mil.

03. Têxtil

"... somente há meio século teve origem em Santa Catarina a indústria têxtil organizada, com a instalação, em 1908, no município de Brusque, a primeira fiação de algodão do estado, por iniciativa do então cônsul Carlos Renaux.

Até 1915 existiam no território catarinense seis fábricas de tecidos de algodão e nove de tecidos de malha, renda, bordados, etc (...). Com o correr dos anos, a indústria têxtil vai tomando um rápido incremento. As fábricas de tecidos passam não só a atender ao consumidor dentro do Estado, como ainda a fornecer a outras regiões e, até mesmo, a exportar para países da América do Sul". (43)

O ITEP, em sua publicação Diagnóstico da Economia Catarinense, observa como critério para uma avaliação mais precisa da importância do gênero, a evolução de "dois principais parâmetros", sejam estes o valor da transformação industrial e

(43) Apud. MATTOS, Fernando Marcondes de. A Industrialização Catarinense; análise e tendências. Florianópolis, UFSC, 1968. 152p.

pessoal ocupado.

Levando-se em consideração o período de 1950 a 1970, constata-se que as indústrias têxteis vem reduzindo a sua participação no valor total da transformação industrial, sendo 21,5% em 1950 e passando a 18,7% em 1970. Com relação à mão-de-obra empregada na indústria catarinense, a participação do referido gênero assumiu os percentuais de 23,6% em 1950, 20% em 1960 e 19,4% em 1970.

O Censo Industrial de 1970 acusou 243 estabelecimentos, os quais representaram 2,77% do total da indústria de transformação, ocupando, por sua vez, esses estabelecimentos, 21.931 pessoas ou 19,36% de todo o contingente produtivo da referida classe", (44)

Os municípios de Joinville, Brusque e, principalmente Blumenau, absorveram a maior parte dos estabelecimentos do gênero.

O Badesc, nestes últimos oito anos, financiou oito empresas da espécie, proporcionando a criação de 354 novos empregos.

O volume de investimentos, em valores correntes, somou Cr\$ 774.655 mil e o de financiamentos atingiu o volume de Cr\$ 357.382 mil.

Os mesmos recursos, reajustados, somariam pelos investimentos realizados o total de Cr\$ 3.818.760 mil, enquanto

(44) FUNDAÇÃO INSTITUTO TÉCNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. Op. Cit. p. 136.

os recursos financiados atingiriam a cifra de Cr\$ 1.736.779 mil.

Em função desses números, temos o cálculo do CGEIR equivalente a Cr\$ 10.787 mil e o CGEFR igual a Cr\$ 4.906 mil.

04 - Vestuário

"Em 1950, encontravam-se instalados no Estado 77 estabelecimentos do gênero. No período intercensitário, de 1950 a 1960, fundaram-se outras 61 empresas. Finalmente, de 1960 a 1970, 232 estabelecimentos, representando apenas 2,64% dos existentes em Santa Catarina (indústria de transformação)".⁽⁴⁵⁾

A participação do vestuário, por sua vez, segundo o Censo de 1970, comparada ao valor da transformação industrial no Estado, é de apenas 1,23%.

"Referentemente à mão-de-obra, as microrregiões do Vale do Itajaí (AMMVI), Nordeste do Estado de Santa Catarina (AMUNESC), microrregião do Sul do Estado de Santa Catarina (AM-SESC) e microrregião da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS) absorveram 92,81% dos operários empregados na atividade".⁽⁴⁶⁾

É, sem dúvida, um ramo industrial sem muito peso na economia estadual.

No período da análise do desempenho do Banco (1975-82), foi financiada, pela instituição, uma única empresa e que

(45) Ibidem.

(46) Idem.

gerou, por sua vez, um único emprego.

A operação de crédito, realizada em 1980, teve como valor de financiamento a quantia de Cr\$ 2.268 mil, para um investimento de igual valor.

O valor contratado, reajustado, atinge hoje o equivalente a Cr\$ 18.843 mil, proporcionando um CGEIR de Cr\$ 18.843 mil, assim como um CGEFR de valor idêntico. A média foi naturalmente prejudicada pelo fato de o banco ter financiado uma única empresa com a geração também de um único emprego.

05 - Alimentar

O gênero é bastante significativo no contexto da economia catarinense, apresentando inclusive um amplo nível de diversificação industrial.

"O Estado de Santa Catarina tem na produção de alimentos seu maior esteio, pois respondeu, em 1970, por 22,81% do valor de produção da indústria de transformação. Relativamente às regiões, as que tiveram maior participação em 1970 foram o Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), com 17,49%, Norte do Estado de Santa Catarina (AMUNESC), com 13,97%, e Médio Vale do Itajaí (AMMVI), com 13,08%. No tocante ao valor da transformação industrial, mantem-se as regiões mencionadas". (47)

E como reflexo da importância da atividade na economia estadual, o Badesc teve participação ativa, financiando 16

(47) Idem. p. 146.

empresas, favorecendo a criação de 807 novos empregos diretos.

O total de recursos investidos somaram, em valores correntes, a quantia de Cr\$ 279.366 mil, enquanto a totalidade de recursos financiados atingiram Cr\$ 164.089 mil.

Esses recursos, inflacionados, assumem outro valor; o volume de investimentos chega a Cr\$ 2.959.564 mil, enquanto o de financiamentos Cr\$ 1.453.068 mil.

Neste setor, o CGEIR é de Cr\$ 3.667 mil e o CGEFR fica em Cr\$ 1.800 mil.

06 - Bebidas

"O gênero bebidas, pertencente às indústrias tradicionais possui inexpressiva participação no contexto estadual catarinense. Em 1970, participava com 2,63% dos estabelecimentos existentes no total do Estado, ocupando somente 1,03% do pessoal alocado na indústria de transformação. Em decorrência, as indústrias de bebidas ocupavam, em média, 5 pessoas por estabelecimento.

Quanto ao valor da produção, este apresentava um percentual de 1,02% e irrisória posição de destaque no campo econômico. No tocante ao valor da transformação industrial, o gênero em questão participava com apenas 1,14% do contingente global do estado". (48)

O Badesc, entre 1975 e 1982, financiou apenas 2 em

(48) Idem. p. 150.

presas de bebidas, viabilizando, com essas operações de crédito, a criação de exatamente 88 empregos.

O total de recursos investidos atinge, em valores correntes, a soma de Cr\$ 23.146 mil. Já os valores financiados somaram Cr\$ 20.577 mil.

Os mesmos valores, reajustados, para os investimentos realizados, seriam de Cr\$ 386.908 mil e para os financiamentos de Cr\$ 325.399 mil.

O CGEIR, baseado nesses valores inflacionados, é de Cr\$ 4.396 mil e o CGEFR de Cr\$ 3.697 mil.

07 - Editorial

É mais um gênero sem muita expressividade na economia estadual.

"Em 1950, as indústrias editoriais e gráficas participaram na formação do produto industrial do estado com 1,19%, decrescendo, em média, a sua participação nos anos de 1960 (1,02%) e 1970 (0,78%).

Segundo o Censo Industrial de 1970, existiam em Santa Catarina 154 estabelecimentos industriais, os quais representaram 1,75% do total da indústria de transformação. Estes estabelecimentos, por sua vez, ocuparam 1.282 operários, representando 1,13% do total empregado na classe. A média de pessoas empregadas por indústria, que era de 8, não alcançou a média estadual dos demais gêneros". (49)

(49) Idem. p. 97.

A participação do Banco neste gênero foi muito pequena. Financiou apenas 3 empresas, proporcionando a criação de 41 novos empregos, com uma média de 14 pessoas por estabelecimento.

Os recursos investidos somaram, em valores correntes, Cr\$ 22.662 mil e os recursos financiados Cr\$ 8.707 mil.

Inflacionados, esses mesmos valores atingiriam o total de Cr\$ 340.903 mil para os investimentos e Cr\$ 124.273 mil para os financiamentos.

O custo de geração de cada emprego para os investimentos realizados (CGEIR) foi de Cr\$ 8.314 mil e o custo de geração de empregos para os financiamentos realizados (CGEFR) de Cr\$ 3.031 mil.

08 - Material de Transporte

"Com representatividade um pouco superior ao do material elétrico e de comunicações⁽⁵⁰⁾, o gênero material de transportes participava em 1970 com 2,56% do valor da transformação industrial. Embora bastante modesto na formação do produto industrial do estado, o setor experimentou a melhor fase no período de 1960 a 1970, pois em 1960 a contribuição no valor da transformação industrial era de apenas 0,61%.

Com a expansão da indústria automobilística no Bra

(50) O citado gênero - material elétrico - será analisado adiante.

sil, na década de sessenta, o ramo material de transporte, da indústria manufatureira do Estado, tornou-se significativo fornecedor de auto-peças, fazendo com que o setor alcançasse uma posição mais satisfatória dentro da indústria estadual. A produção de auto-peças entra como principal elemento do gênero ; seguem-se lhe a fabricação de carrocerias para ônibus e caminhões, e as empresas marítimas.

A situação do setor, a nível estadual, em 1970, assim se caracterizava: possuindo 169 estabelecimentos, representando 1,92% do total estadual, com 2.067 pessoas empregadas, correspondia a 1,82% do contingente humano ocupado na produção industrial do estado". (51)

Da mesma forma que no gênero vestuário, o Badesc financiou apenas uma empresa, proporcionando um único emprego direto.

Em valores correntes, o investimento somou Cr\$ 2.439 mil e o financiamento Cr\$ 1.707 mil.

Esses valores reajustados somaram Cr\$ 48.189 mil para o investimento e Cr\$ 33.728 mil para o financiamento.

O CGEIR e o CGEFR são, respectivamente, de Cr\$ Cr\$ 48.189 mil e Cr\$ 33.728 mil.

09 - Extração Mineral

Na indústria extrativa mineral catarinense, o car-

(51) Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento.Op. cit. p. 97.

vão é, sem dúvida, o item mais representativo. Para termos uma idéia, o carvão em 1976, representou 93,57% de toda a produção extrativa mineral do Estado, cabendo ao calcário, à fluorita, o caulim e o mármore, os restantes 6,43%.⁽⁵²⁾

Em termos nacionais, segundo o Conselho Nacional do Petróleo-CNP, a produção catarinense de carvão bruto representa perto de 80% da produção do país, seguida pela do Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná.

"Do total de estabelecimentos industriais existentes no estado, obteve-se informações, a nível de município, para apenas 82 deles".⁽⁵³⁾ Esses mesmos estabelecimentos, em 1970, "ocupavam 4.224 pessoas, sendo que 3.746, ou 86,68% estavam ligadas à produção".⁽⁵⁴⁾

Neste gênero, o Badesc participou com financiamentos a duas empresas, viabilizando a criação de 48 empregos.

Os recursos investidos somaram, em valores correntes, Cr\$ 8.930 mil, enquanto os valores financiados chegaram a Cr\$ 6.251 mil.

Os mesmos valores, reajustados, somariam Cr\$ 128.396 mil para os investimentos e Cr\$ 89.869 mil para os financiamentos.

O CGEIR, baseado nos valores reajustados, fica em

(52) A fonte desses dados é encontrada na publicação do IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil - 1974-77.

(53) Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento. Op. Cit., p. 37.

(54) Ibidem, p. 88.

torno de Cr\$ 2.674 mil e o CGEFR em Cr\$ 1.872 mil.

10 - Minerais não metálicos

"Em Santa Catarina, a mineração, a transformação dos minerais não metálicos, basicamente em função do carvão, e a metalurgia assumiram lugar de destaque na economia". (55)

Essa importância é realmente significativa, pois o Estado catarinense tem localizadas em seu território indústrias de peso no gênero sendo sua produção comercializada em todo o país.

"Na microrregião da AMSESC, em função do aumento da sua atividade básica, a mineração do carvão e de outros minerais cresceu consideravelmente na década atual e com isto o município de Criciúma acrescentou, entre 1960 e os dias atuais, importantes indústrias cerâmicas, localizadas em seu espaço municipal e nas imediações. Dentre elas podemos citar: Cerâmica Criciúma S/A-CECRISA e Cerâmica Santa Catarina S/A-CESACA. Ainda nessa região encontram-se outras indústrias cerâmicas de grande porte tais como: Maxilimiliano Gaidzinsky S/A, Indústrias de Azulelos Eliane, Indústria Cerâmica Imbituba S/A, Cerâmica Urussanga S/A e Indústria e Comércio Cerâmica S/A - INCOCESA.

Ainda no ramo cerâmico destacamos, na microrregião do Médio Cale do Itajaí (AMMVI) e mais especificamente no mu-

(55) Idem. p. 80.

nicípio de Pomerode, a Porcelana Schmidt e, na microrregião do Nordeste do Estado de Santa Catarina (AMUNESC), a Cerâmica Oxford S/A, localizada em São Bento do Sul". (56)

Quanto a alguns dados mais precisos -e mais abrangentes- do setor, o "Censo Industrial de 1970 registrou 1.003 estabelecimentos do gênero, os quais participaram com 11,42% do total da indústria de transformação. Esses estabelecimentos ocuparam, por sua vez, 9.853 pessoas, situando-se a média de operários por estabelecimento em torno de 10 pessoas". (57)

A participação do Badesc foi bastante ampla, atingindo a marca de 18 empresas, viabilizando com isso a criação de 832 empregos diretos.

O total de investimentos foi de Cr\$ 1.586.638 mil, enquanto o de financiamentos Cr\$ 834.371 mil.

Os mesmos valores, reajustados, chegariam ao valor de Cr\$ 7.313.564 mil para os investimentos e Cr\$ 4.159.913 mil para os financiamentos.

Dessa forma, os índices do CGEIR e do CGEFR ficam em Cr\$ 8.790 mil e os do CGEFR em Cr\$ 4.999 mil.

11 - Metalurgia

É um segmento de grande importância na economia do estado, com destaque significativo na produção industrial cata

(56) Idem. p. 81.

(57) Idem. p. 80.

rinense.

"Em 1950, existiam no estado 55 estabelecimentos metalúrgicos; em 1960, 150 e em 1970, 261, os quais eram os responsáveis, respectivamente, por 3,94%, 5,85% e 5,04% do valor da transformação industrial da indústria de transformação catarinense.

Os estabelecimentos metalúrgicos empregavam, em 1970, 5.243 operários, representando 4,63% da mão de obra do setor industrial de Santa Catarina.

Para cada estabelecimento, a média de pessoas ocupadas situou-se em torno de 20, superando a média da indústria de transformação e sendo superada apenas pela dos gêneros produto de matérias plásticas (135), têxtil (90), fumo (71), papele e papelão (51), mecânica (27), diversos (26) e produtos farmacêuticos e veterinários (25).

Observando-se a distribuição espacial da indústria metalúrgica, constatamos a sua existência em quase todas as microrregiões, com predominância na microrregião do Nordeste do Estado de Santa Catarina (AMUNESC) e microrregião do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), cujas participações no número de estabelecimentos foram, respectivamente, 30,73% e 29,27%.

No que diz respeito ao pessoal ocupado, as regiões AMUNESC e AMMVI absorveram 89,07% da mão-de-obra do gênero, sendo a primeira responsável por 67,09% e a segunda, por 21,98%". (58)

(58) Idem. p. 85.

O Badesc teve ampla participação no financiamento de empresas do gênero. O total de empresas financiadas foi de 17 e os novos empregos diretos gerados somaram 736.

Tendo por base os dados de 1970, como vimos acima, podemos observar que a média de empregos gerados através dos recursos liberados e essas empresas pelo Badesc é superior a média estadual, pois cada empresa financiada pelo Banco criou, em média, 43 novos empregos.

O total de investimentos foi de Cr\$ 369.719 mil e o de financiamentos contratados de Cr\$ 255.010 mil.

Esses valores reajustados apresentariam a soma de Cr\$ 4.014.576 mil para os investimentos e Cr\$ 2.799.982 mil para os financiamentos.

Sendo assim, o CGEIR fica em Cr\$ 5.454 mil e o CGEFR em Cr\$ 3.804 mil.

12 - Mecânica

"Dentre os 8.781 estabelecimentos industriais existentes no estado, em 1970, 2,48% encontravam-se alocados no gênero mecânico, absorvendo, assim, 5,17% do total do pessoal ocupado. Assim resultava em 27 operários a média do pessoal ocupado nos estabelecimentos industriais em 1970.

Quanto ao valor da transformação industrial, em 1950, o gênero participava com 1,91% do total estadual; em 1960 passou para 2,28% e, em 1970, apresentou um percentual participativo de 5,91%.

Com referência à ocupação da mão-de-obra industrial no estado, o gênero mecânico participava, em 1950, com 2,05%; em 1960, cresceu a participação para 2,52% e em 1970 aumentou consideravelmente para 5,27%".⁽⁵⁹⁾

O Badesc, no período estudado, não participou de forma abrangente no financiamento das empresas do gênero, pois o número de unidades beneficiadas ficou em apenas 3 empresas. A geração de empregos, entretanto, como consequência desses financiamentos, foi significativa, pois 128 novos empregos diretos foram criados.

Os investimentos somaram Cr\$ 276.368 mil e os financiamentos Cr\$ 173.416 mil.

Esses valores reajustados passam a somar Cr\$ 1.777.890 mil para os investimentos e Cr\$ 1.115.427 mil para os financiamentos.

Dessa forma, o CGEIR fica em Cr\$ 13.889 mil e o CGEFR em Cr\$ 8.714 mil.

13 - Material Elétrico

"É o ramo industrial dentro do grupo metal-mecânico, juntamente com o gênero material de transporte, de menor representatividade em termos de valor de transformação industrial, cuja participação, em 1970, foi de 1,26%, quando em 1960 havia alcançado o nível de 1,53%.

(59) Idem. p. 89.

O principal produto gerado pelo setor continua sendo os motores elétricos, que respondem com um total acima de 40%, seguem-se lhes outros artigos, como geradores e transformadores, máquinas e aparelhos para produção e distribuição de energia, material para instalações elétricas, etc. na área de comunicações, sua participação tem insignificante expressão, está mais voltada para a produção de rádios receptores.

Em 1970, existiam no estado 81 estabelecimentos ligados ao setor, com 947 pessoas ocupadas (...)"⁽⁶⁰⁾

O Badesc financiou apenas 3 estabelecimentos industriais do gênero, proporcionando a geração de 175 novos empregos diretos.

Os investimentos realizados somaram a quantia de Cr\$ 81.549 mil, enquanto os financiamentos atingiram Cr\$ 42.398 mil.

Reajustados esses valores, teremos Cr\$ 618.772 mil para os investimentos e Cr\$ 292.426 mil para os financiamentos.

Baseado nesses números, o CGEIR do gênero é de Cr\$ 3.535 mil e o CGEFR de Cr\$ 1.671 mil.

14 - Papel e Papelão

"A estruturação do parque papeleiro catarinense se verificou no período compreendido entre os anos 1950 e 1970. Houve, nessas duas décadas, a criação de mais de 15 empresas, que

(60) Idem. p. 93.

responderam pela maior parte da produção do gênero, além de uma série de outras que, ainda hoje, constituem a parcela das pequenas empresas produtoras de pasta mecânica.

Na primeira década do período, foram implantadas cinco empresas de porte considerável e, na segunda, dez. Todavia, todas as de dimensão grande, implantadas no decênio 1950/1960, o foram no final do período (Olinkraft em 1958 e Tedesco em 1959). Isso significa que sua produção somente se tornou expressiva na década seguinte.

No segmento 1960/1970, entre os 10 estabelecimentos acima referidos, contava-se com a implantação da Papel e Celulose Catarinense-PCC, pertencente ao extrato das grandes empresas, além de duas médias - Papelose Industrial S/A e Cardoriti Ltda., as três implantadas no primeiro terço do decênio em pauta.

Destaque-se que quase todas as grandes e médias unidades implantadas em 1950 e 1970 foram de iniciativa de capitais externos a Santa Catarina - nacionais ou estrangeiros". (61)

E, no que diz respeito à classificação do gênero no universo do setor secundário catarinense, "a indústria de papel e papelão de Santa Catarina ocupou (em 1970) a décima-quarta posição na indústria de transformação no que respeita ao número de estabelecimentos, com 1,11%, e a oitava em termos de

(61) CEAG-SC & BADESC. Diagnóstico da Indústria de Papel e Papelão de Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1977. págs. 29-30.

peças ocupadas (4,40%), situando-se a média de operários por indústria em torno de 51 pessoas. Esta média mostrou-se bastante elevada, principalmente se a compararmos com a indústria de transformação (13 pessoas)". (62)

O Badesc financiou 4 empresas do gênero e viabilizou a criação de 222 novos empregos, apresentando, portanto, uma média de 56 operários por estabelecimento objeto de financiamento.

O total dos investimentos chegou a Cr\$ 75.424 mil e o de financiamentos, a Cr\$ 47.337 mil.

Ao reajustarmos esses valores, chegamos a Cr\$ 1.923.944 mil para os investimentos e Cr\$ 1.200.348 mil para os financiamentos.

A partir desses números, chegamos ao CGEIR e ao CGEFR, Cr\$ 8.666 mil e Cr\$ 5.406 mil, respectivamente.

15 - Química

"O estado de Santa Catarina possuía, em 1970, um número de 192 estabelecimentos desse gênero, contando com um contingente de 2.024 empregados; sua participação no total da indústria de transformação foi, respectivamente, de 2,19% em relação ao número de estabelecimentos e 1,79%, ao número de pessoal ocupado, com uma média de pessoal por estabelecimento, de

(62) FUNDAÇÃO INSTITUTO TÉCNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. Op. Cit. p. 113.

11 pessoas.

As indústrias de produtos químicos, em 1970, concentram-se com maior expressividade na microrregião do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), tendo sido sua participação de 50% em função do total de estabelecimentos contidos no estado. Com uma absorção de 682 empregos, a maior parcela, ou seja, 87,54% estava ligada à produção, enquanto o restante fazia parte do quadro administrativo". (63)

Neste gênero, o Banco financiou uma única empresa e a geração de empregos foi em número de doze.

O investimento somou, em valores correntes, Cr\$ 1.228 mil com o financiamento no valor de Cr\$ 1.105 mil.

Os valores reajustados somariam Cr\$ 17.548 mil para o investimento e Cr\$ 15.791 para o financiamento.

Dessa forma, o CGEIR é de Cr\$ 1.595 mil e o CGEFR em Cr\$ 1.435 mil.

16 - Plástico

"Em 1970 existiam em Santa Catarina 18 estabelecimentos do gênero, com um total de 2.024 pessoas ocupadas, representando 2,15% do total empregado na indústria de transformação. A média de pessoal, por estabelecimento, era de 135 pessoas, a maior da indústria de transformação catarinense". (64)

(63) Ibidem. p. 124.

(64) Idem. p. 133.

É na região da AMUNESC a maior concentração das empresas do gênero, onde "a média de pessoal ocupado é de 319 pessoas por estabelecimento, superior à média geral do gênero, a maior na indústria de transformação estadual". (65)

O Badesc teve oportunidade de financiar 3 empresas do gênero, propiciando a criação de 73 empregos diretos, apresentando, portanto, uma média abaixo da estadual. No entanto, isto significa que o Banco financiou empresas de menor porte, além do que, em função do limitado número de empresas financiadas, a média ficou sensivelmente prejudicada.

O valor do investimento total somou Cr\$ 48.752 mil e o volume de recursos financiados atingiu Cr\$ 26.762 mil.

Os mesmos valores, totalmente reajustados, proporcionariam a soma de Cr\$ 542.650 mil para os investimentos e Cr\$ 344.599 mil para os financiamentos.

Baseado nesses números, temos o Custo de Geração de Emprego por Investimento realizado (CGEIR) em Cr\$ 7.433 mil e o Custo de Geração de Emprego por Financiamento Realizado (CGEFR) em Cr\$ 4.720 mil.

Concluindo o breve levantamento dos investimentos e financiamentos para capital fixo no setor secundário da economia catarinense, alguns dados já podem ser levantados:

- No período 1975-1982, o total de investimentos realizados pelas empresas demandadoras de recursos atingiu, em valores correntes, a soma de

(65) Idem. p. 133.

Cr\$ 3.682.645 mil. O valor dos financiamentos, por sua vez, chegou a Cr\$ 2.027.669 mil.

- Esses mesmos valores, reajustados pelo mês base Junho-83, chegaram a Cr\$ 26.269.062 mil para os investimentos e Cr\$ 15.684.048 mil para os financiamentos.
- O custo médio de geração de cada emprego pelos investimentos realizados foi de Cr\$ 9.477 mil, e o custo médio de geração de cada emprego para os financiamentos realizados de Cr\$ 6.418 mil.

Tendo como base os valores reajustados, algumas outras observações fazem-se presentes, como por exemplo a de que o gênero industrial objeto de maior volume de recursos financiados foi o de minerais não metálicos, seguido pelos de metalurgia, madeira e têxtil.

A classificação geral, por gênero de atividade, no que diz respeito aos recursos financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, é a seguinte:

QUADRO 03

CLASSIFICAÇÃO POR GÊNERO DE ATIVIDADES

<u>Classificação</u>	<u>Gênero de Atividades</u>	<u>Valores Reajustados</u> (Cr\$ mil)	<u>%</u>
1º	Minerais não Metálicos	4.159.913	26.53
2º	Metalurgia	2.799.982	17.86
3º	Madeira	1.809.045	11.54
4º	Têxtil	1.736-779	11.07

5º	Alimentar	1.453.068	9.26
6º	Papel e Papelão	1.200.348	7.26
7º	Mecânica	1.115.427	7.11
8º	Plástico	344.599	2.20
9º	Bebidas	325.399	2.07
10º	Material Elétrico	292.426	1.86
11º	Mobiliário	164.558	1.05
12º	Editorial	124.273	0.79
13º	Extração Mineral	89.869	0.57
14º	Material de Transporte	33.728	0.22
15º	Vestuário	18.843	0.12
16º	Química	<u>15.791</u>	<u>0.10</u>
TOTAL		15.684.048	100.00

De todos os gêneros, o que apresentou o menor custo médio de geração de emprego por investimento realizado, foi o gênero 'Química', seguido pelos gêneros 'Mobiliário', 'Extração Mineral' e 'Madeira'.

A classificação geral é a seguinte:

QUADRO 04

CLASSIFICAÇÃO POR GERAÇÃO DE EMPREGO POR INVESTIMENTO REALIZADO

<u>Classificação</u>	<u>Gênero de Atividades</u>	<u>CGEIR (Cr\$ mil)</u>	<u>Número de Empre- sas financiadas</u>
1º	Química (15)	1.595	01
2º	Mobiliário (02)	2.376	04
3º	Extração Mineral (09)	2.674	02
4º	Madeira (01)	3.033	09

5º	Material Elétrico (13)	3.535	03
6º	Alimentar (05)	3.667	16
7º	Bebidas (06)	4.396	02
8º	Metalurgia (11)	5.454	17
9º	Plástico (16)	7.433	03
10º	Editorial (07)	8.314	03
11º	Papel e Papelão (14)	8.666	04
12º	Min. não Metálicos (10)	8.790	18
13º	Têxtil (03)	10.787	08
14º	Mecânica (12)	13.889	03
15º	Vestuário (04)	18.843	01
16º	Mat.de Transporte (08)	48.189	01

O menor custo médio de geração de emprego por financiamento realizado foi o do gênero Química, seguido pelos gêneros Material Elétrico, Alimentar e Mobiliário.

Abaixo, a classificação geral:

QUADRO 05

CUSTO MÉDIO DE GERAÇÃO DE EMPREGO POR FINANCIAMENTO REALIZADO

<u>Classificação</u>	<u>Gênero de Atividades</u>	<u>CGEFR</u>	<u>Número de Empre- sas financiadas</u>
1º	Química (15)	1.435	01
2º	Material Elétrico (13)	1.671	03
3º	Alimentar (05)	1.800	16
4º	Mobiliário (02)	1.828	04
5º	Ext. Mineral (09)	1.872	02
6º	Madeira (01)	2.247	09

7º	Editorial (07)	3.031	03
8º	Bebidas (06)	3.697	02
9º	Metalurgia (11)	3.804	17
10º	Plástico (16)	4.720	03
11º	Têxtil (03)	4.906	08
12º	Minerais não Metálicos (10)	4.999	18
13º	Papel e Papelão (14)	5.406	04
14º	Mecânica (12)	8.714	03
15º	Vestuário (04)	18.843	01
16º	Material de Transporte (08)	33.728	01

A coluna 'número de empresas financiadas' tem a utilidade de se poder considerar ou não a validade dos cálculos realizados para certos gêneros de atividades, como por exemplo, os de Química, Vestuário e Material de Transporte, que tiveram participação limitadíssima na esfera de atuação do Banco, o que veio prejudicar, em parte, o levantamento classificatório apresentado. (66)

De qualquer forma, algumas conclusões são importantes, pois, a partir desse levantamento, pudemos observar que o gênero que maior volume de recursos observou, o de minerais não metálicos, apresenta um CGEIR e um CGEFR extremamente alto, quando comparado com outros gêneros.

A comparação entre o quadro 03 e os quadros 04 e 05 poderá proporcionar elementos importantes para os futuros

(66) Aconselhamos o leitor a considerar apenas a média nos gêneros que tenham pelo menos um número de três empresas financiadas.

planos de desenvolvimento a serem elaborados pelo Banco. Afinal, saber quais os gêneros de atividades que mais absorvem mão-de-obra aos mesmos níveis de investimentos, é subsídio imprescindível a um esquema de prioridades para distribuição de recursos em uma economia em crise.

4.3. DESENVOLVIMENTO PARA QUEM ?

Em nossa experiência profissional, ouvimos, incontáveis vezes a palavra "desenvolvimento". No entanto, jamais nos sentamos a uma mesa de debates, no Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e creio que ninguém o tenha feito, para discutir se a instituição atingia de fato o seu objetivo, ou seja, o de "desenvolver".

Desenvolver o que, e para quem, sempre foi uma questão metafísica para o Badesc.

Os interesses sociais, determinantes das prioridades de investimentos, nunca emergiram na definição dessas mesmas prioridades, deixando que o interesse individual do empresário privado prevalecesse sobre as verdadeiras necessidades da sociedade como um todo.

A avaliação social de projetos é, por exemplo, uma nova técnica no processo de avaliação. O debate em torno desse discutido instrumento técnico, faz-se necessário para detectar-mos que interesses realmente devam ser privilegiados.

Nas próximas páginas, avançaremos na reflexão acerca desse ponto, e ainda que não se esgote o assunto, procurare-

mos abrir espaço para novas discussões.

4.4. AVALIAÇÃO SOCIAL DE PROJETOS - AS POSSIBILIDADES E AS LIMITAÇÕES DE SUA APLICAÇÃO.

4.4.1. A Fragilidade dos métodos conhecidos

Como vimos anteriormente, a avaliação social de projetos, tal como é conhecida, principalmente através da metodologia do Banco Mundial vista por uma perspectiva mais crítica, é bastante discutível. As condições estruturais de nossa realidade sócio-econômica não permitiriam, ou não deveriam permitir, que adotássemos métodos de avaliação social totalmente descompromissados com as particularidades históricas de nosso subdesenvolvimento. Um mínimo de bom senso e afastaríamos por completo o que chamaríamos até mesmo de ameaça do já discutido método de Little-Mirless, pois as premissas dessa rígida metodologia, fiéis à ideologia do livre mercado, conduzem o debate aos limites máximos de nossa dependência econômica.

"A característica central da análise 'social' de projetos é o objetivo de integração da economia dos países subdesenvolvidos na economia mundial. Segundo o método de Little-Mirlees, os preços-sombras utilizados, baseados no princípio do custo de oportunidade, são os preços praticados no mercado internacional. Em outras variantes da teoria da análise social, em que os preços-sombra utilizados são baseados nos preços vigentes no mercado interno, uma taxa de câmbio social é utilizada para internacionalizar os resultados. Os projetos devem por-

tanto apresentar uma taxa de lucro superior à taxa internacional, considerada como o custo de oportunidade do capital, dada a estrutura do comércio mundial, dominada por oligopólios dos países desenvolvidos. Enquanto nos países subdesenvolvidos se torna evidente a necessidade de lutar pela transformação das estruturas da economia mundial e do comércio internacional, a análise 'social' de projetos nos propõe o oposto. Ao final de contas, o seu objetivo é que os países subdesenvolvidos adotem uma estratégia de desenvolvimento aberta, o que atende os interesses dos países desenvolvidos da economia de mercado". (67)

A divulgação persistente do método de Little-Mirlees não é um fenômeno isolado e atende aos interesses imediatos do avanço de uma teoria econômica conservadora, onde diferentes economistas ortodoxos aplaudem euforicamente o ressurgimento de uma escola de pensamento econômico que ainda acredita na convivência harmoniosa entre a oferta e a procura dos bens no "salutar" regime de concorrência perfeita.

Parecemos retornar a um período pré-Keynesiano, onde a escola neo-clássica de pensamento econômico tentava proporcionar ao capitalismo concorrencial de então uma forma lógica.

A economista inglesa Joan Robinson pareceu nunca ter se surpreendido com isso:

"A herança neoclássica ainda tem uma grande influência, não apenas no ensino da economia, mas também na forma

(67) Mourão, Julio Olímpio Fusaro. Op. Cit. p. 55.

ção da opinião pública em geral (...). Mas, quando ela chega a um problema real, não tem nada de concreto a dizer. Seus praticantes mais recentes se refugiam na construção de manipulações matemáticas cada vez mais elaboradas e ficam cada vez mais aborrecidos com qualquer um que lhes pergunte o que eles supostamente estão manipulando". (68)

Em todo caso, a economia política, a mais prejudicada nesse jogo desigual, disputa pontos com uma corrente do pensamento preocupada unicamente em fornecer à teoria econômica componentes a-históricos, onde a ideologia dominante é a do individualismo e da concorrência sem limites.

"E em cima deste mesmo quadro a economia ortodoxa estuda as relações de troca. Os economistas burgueses encontram nesses pontos o incentivo ao estudo da economia de livre mercado". (69)

O Estado ? Quanto mais distante dessa relação, melhor. Os mercados competitivos livres são enfatizados ao final do século XX. Ingenuidade ? Com certeza que não.

Mas nossa reflexão, apesar de livre, não deve transcender os limites bem definidos de nossa preocupação nuclear , que é, efetivamente, a avaliação social de projetos. Entretanto, em função da preocupação em identificar a complexidade ideológica dos métodos conhecidos e até mesmo já operacionalizados, fi-

(68) ROBINSON, Joan. Filosofia Econômica. Zahar. Rio de Janeiro. 1979. p. 107.

(69) RAMOS, Flávio. Uma Visão Histórica das Teorias de Desenvolvimento Econômico. Florianópolis. Mimeo, UFSC, 1981.

ca interessante que essa mesma preocupação permeie toda a nossa reflexão, como um alerta aos desvios de qualquer proposta de trabalho que faça transparecer os benefícios sociais que os investimentos gerenciados por instituições de fomento possam gerar.

No entanto, fica claro uma vez mais a tentativa em deslocar para o plano micro-econômico as propostas de implantação de uma metodologia pouco criativa e de interesses duvidosos. Afinal, a análise social, seja esta qual for, não pode ser determinante em um processo de prioridades de investimentos. No máximo, a avaliação social deve ser complementar ao processo de planejamento.

E é justamente neste ponto, que o economista do BNDES, Julio Mourão, enfatiza a importância de os BD's fortalecerem o processo de planejamento, este sim, orientador e dinamizador de uma prática operativa realmente em condições de se atingir concretamente o social:

"Os Bancos de Desenvolvimento também devem ter um plano, que aqui chamaremos de Plano de Ação, que deve ser uma peça cuidadosa e criteriosamente elaborada, que fixará as prioridades de aplicação de recursos do Banco, para o atingimento dos objetivos sociais fixados". (70)

É claro que esse Plano de Ação deva ser elaborado com base nas expectativas reais das diversas camadas sociais envolvidas no mesmo processo e que esses segmentos participem efe

(70) MOURÃO, Julio Olimpio Fusaro. Op. Cit. p. 49.

tivamente do planejamento que os envolve diretamente. Para que isso aconteça "quanto mais democrática a organização política da sociedade, maiores condições haverá do programa hegemônico ser representativo dos interesses da maioria, ou as classes subalternas verem alguns de seus interesses atendidos, e de 'fazer passar' algo de seu programa. Certamente, quanto mais estreita a base social do grupo governante, menos representativa tenderá a ser o seu programa de governo". (71)

Como vemos, a abrangência de nossa reflexão não pode ficar restrita às particularidades metodológicas de uma avaliação social de projetos sustentada por conceitos de uma ciência que não pode ter como base valores práticos de aplicabilidade de matemática, característica básica dos métodos neoclássicos.

Julio Mourão, com muita pertinência, é definitivo:

"O Desenvolvimento é um processo de transformação global da sociedade, visando a liberação do homem da pobreza, das más condições de saúde, da ignorância, da dependência cultural etc... Esta transformação global necessita de um enfoque global, que sob a ótica econômica se traduz no planejamento econômico. Não é a análise social de projetos que nos permitirá elaborar eventual programa de desenvolvimento". (72)

A dureza com que muitas vezes Mourão trata de avaliação social de projetos é fundamentada na crítica bem sustentada à economia ortodoxa:

(71) Ibidem. p. 48.

(72) Idem. p. 56

"A incapacidade básica da análise 'social' de projetos de planejar esta transformação social está em seu caráter microeconômico. Acredita-se que, a partir dos preços calculados como se a economia funcionasse em regime de concorrência perfeita, poder-se-ia obter as mais eficazes decisões de investimento. Entretanto, estes preços são frutos das decisões de investimento, produção e consumo, que é justamente o que se deseja planejar. A partir dos preços para chegar às decisões de investimento, é inverter o processo para se atingir os objetivos sociais. No planejamento, decide-se sobre os objetivos da produção, consumo e investimento, e procura-se intervir no mercado para obter a estrutura de preços adequada ao atingimento dos objetivos fixados.

"Por outro lado, a análise 'social' de projetos, sendo um modelo matemático de formulação complexa, e por isso mesmo em grande medida esotérico, coloca nas mãos dos técnicos o julgamento do que é interesse social. Não há a possibilidade de julgamento ou controle social sobre as implicações de tal modelo para a sociedade, já que nem mesmo seus princípios e objetivos são clara e simplesmente expostos e formulados, somente sendo compreensíveis para alguns economistas especializados.

"O Planejamento, por outro lado, é um processo que se situa ao nível macroeconômico, tratando-se na verdade de um processo social de tomada de decisão, ao qual mesmo o aspecto técnico deve submeter-se. Quanto mais abrangente e participante, quanto mais democrático o processo de planejamento, mais correspondência poderá ter com os objetivos 'nacionais'. E, além disso, seus objetivos e meios propostos para atingi-los,

passam pelo crivo da discussão e do julgamento político".⁽⁷³⁾

É, sem dúvida, bastante interessante, e mais do que isso, extremamente importante que, na colocação do economista do BNDES, fique bem claro a associação democracia e planejamento participativo, pois somente dessa forma compreenderemos a abrangência do delicado tema "avaliação social de projetos". Não é, portanto, apenas a discussão abstrata sobre esta ou aquela metodologia de avaliação, mas sim o debate aberto em questões relevantes que tem peso significativo até mesmo no processo de democratização do país. Afinal, a possível adoção de uma política econômica monetarista e conseqüentemente restritiva, pode fazer da avaliação social, ainda que com a suavidade de dominação, um instrumento perigosamente adequado a interesses nem sempre simpáticos à nossa independência econômica.

Quando denominamos este capítulo com o título "Fragilidade dos Métodos Conhecidos", não quizemos dizer com isso de que esses métodos, dos quais os da OCDE e da UNIDO são as expressões máximas, sejam frágeis em sua aplicabilidade. Ao contrário, são eficientes em seus discutíveis propósitos. Mas são, no meu entender, pouco adequados a uma retomada do desenvolvimento nas especificidades do modelo econômico de nosso país, além do que tendem a escamotear através de elaboradíssimas questões matemáticas o que venha a ser um efetivo desenvolvimento social.

No Brasil, entre os seguidores da metodologia orto

(73) Idem. p. 53.

doxa de avaliação social de projetos, encontramos o economista Cláudio Roberto Contador como uma das expressões mais conhecidas. Adotando o método de A.C. Harberger, da OCDE⁽⁷⁴⁾, segue, em linhas gerais, o pensamento monetarista da Escola de Chicago.

A crítica em relação a essa metodologia, além do já exposto, pode sintetizar-se em poucas palavras, pois a razão da mesma repousa na simples e óbvia constatação dos interesses universais de uma instituição da natureza do Banco Mundial.

Uma leitura rápida do Manual de Avaliação Social, publicado pelo próprio Banco Mundial, diz por si mesmo:

"En el caso de un organismo que se ocupa de un gran número de países, es evidente que esto sólo puede lograrse al cabo de cierto tiempo (...). Como parte de esa fase de aplicación, el Banco Mundial está introduciendo progresivamente el empleo uniforme y sistemático de los precios de eficiencia en sus operaciones (...). Está em marcha una serie de estudios de casos prácticos a fin de realizar en el Banco la percepción de las dificultades y ventajas de la metodología propuesta y promover la apreciación de cuándo y donde puede ser conveniente recurrir a procedimientos más breves. En esos estudios se han estimado hasta la fecha los precios de cuenta correspondientes a nueve países y estan adaptándose medidas para aplicar los en unos veinte proyectos. Se tiene la esperanza de publicar algunos de esos estudios en un volumen ulterior, junto con los prin

(74) Ver A.C. HARBERGER. "Survey of Literature On Cost-Benefit. Analysis for Industrial Project Evaluation", Evaluation Of Industrial Projects (New York, United Nations, 1968).

cipales resultados obtenidos de su aplicación(...)". (75)

O próprio Claudio Contador, apesar de tentar sempre isentar seu trabalho das críticas mais diretas às metodologias ortodoxas, admite o fato de existir um clima negativo que envolve esses métodos, principalmente devido às dúvidas relacionadas quanto à interesses conflitantes:

"O Banco Mundial e, em menor escala, o BID têm exigido que os projetos a receberem empréstimos externo, sejam submetidos a uma avaliação mais rigorosa, atentando mais para os seus efeitos na economia como um todo. A metodologia recomendada para a avaliação é a de Little-Mirlees. Isto tem sido bastante para que este enfoque e, mais genericamente, toda a avaliação social seja condenada nos círculos oficiais como uma metodologia para a dependência tecnológica ou como uma forma de transferência das decisões para o exterior. É bem verdade que a metodologia de Little-Mirlees tem a característica desagradável de utilizar os preços internacionais como preços sociais, o que implica a idéia de liberalismo no comércio exterior". (76)

Não creiamos que a proposta identifique-se apenas como uma suposta "idéia" de liberalismo, mas sim que representa de fato a fidelidade à ideologia do livre mercado. Afinal, a política econômica monetarista tem se traduzido concretamente, inclusive em países vizinhos do cone sul, em estrondoso fracasso

(75) SQUIRE, Lyn e TAK, Herman e Van Der. Análisis Económico de Proyectos. Banco Mundial, Editorial Tecnos. Madrid. 1977. p. 21.

(76) CONTADOR, Claudio Roberto. Avaliação Social de Projetos. Atlas. São Paulo. 1981. pág. 287.

e bate insistentemente às nossas portas, às vezes providencialmente abertas por nossos conhecidos economistas ortodoxos.

Em setembro de 1977, a avaliação social de projetos foi pela primeira vez discutida numa mesa-redonda realizada na cidade do Recife.⁽⁷⁷⁾ O evento foi promovido pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE). As divergências logo se fizeram presentes e o ponto central em todo o debate foi em torno de que, em países subdesenvolvidos, os projetos socialmente "interessantes" não seriam viáveis pela ótica privada. É o fio da meada que desencadeou uma série de colocações teóricas que, amadurecidas, se traduziram nas divergências atuais. Naquela ocasião, Terry Powers, do BID, deu ênfase às então recentes contribuições teóricas de Little-Mirlees, assim como a obra de Lyn Squire e Herman Van Der Tak, especialmente preparadas para o Banco Mundial. O economista Julio Mourão, presente ao debate, já mostrava-se cético com relação aos métodos defendidos por Powers.

A partir desse debate, ficaram bem definidas as duas correntes opostas sobre a efetiva viabilidade da avaliação social de projetos, ou sejam, os que apoiavam a metodologia apresentada e os que a criticavam duramente.

Na verdade, a proposta da metodologia do Banco Mundial, da forma como é usualmente exposta, nunca deveria ter si-

(77) Ver Revista RUMOS DO DESENVOLVIMENTO set/out. 1978. Ano 3 nº 13.

do denominada "avaliação social de projetos", pois este objetivo, o de avaliar socialmente, em nenhum momento de sua aplicação é identificável e muito menos quantificável. E nem poderia ser. Para "evitar confusiones, seria mejor llamar a dicha técnica 'Evaluación Nacional de Proyectos', ya que se trata de ver los efectos del proyecto en el país en su conjunto, y no sólo como se cree a veces, el impacto sobre el empleo, nutrición, educación, etc..., es decir los efectos sociales del proyecto".

Mas, seja que denominação tenha a proposta de avaliação social, a metodologia do Banco Mundial traz em sua essência toda a carga ideológica de um segmento de pensamento econômico bastante conservador. Fugir dessa armadilha é abrir espaços no sentido de criar métodos voltados aos nossos interesses específicos que respeitem nossas particularidades regionais. Bloquear o avanço dessa discutível metodologia é fortalecer a possibilidade de elaborarmos alternativas próprias. Para que isso aconteça, é preciso que se esgote o debate em torno do tema. E é o que vimos tentando fazer.

4.4.2. A Simplicidade como Alternativa

Consideramos, a partir desse ponto, a reflexão suficientemente amadurecida -mas nunca definitiva- no aspecto informativo das propostas existentes de avaliação social, pois o eixo principal dessas mesmas propostas resumem-se nas metodologias que viemos discutindo. De qualquer forma, é o momento para retomarmos o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina como centro de nosso interesse, quando passaremos a discutir as formas tradicionais de análise de projetos e as alternativas

possíveis para uma nova prática avaliativa.

É certo que, como já vimos no item 3.4., as análises econômico-financeiras tradicionais, na forma como são utilizadas no Badesc, por exemplo, são insuficientes e pouco criativas para um bom relatório de análise técnica. Esquecendo a possibilidade da avaliação social e resumindo o estudo, mesmo com muita boa vontade, a chamada "análise econômico-financeira" operacionalizada pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, não podemos deixar de observar suas deficiências. As fichas-questionários, que, preenchidas pelos técnicos analistas, passam a denominar-se "relatório de análise", fornecem elementos contábeis para o estudo da viabilidade financeira do empreendimento, permitindo observar-se notadamente o sucesso ou não do investimento. A conclusão desse estudo é baseada exclusivamente através da ótica privada, o que já é bastante discutível, pois desta forma, os interesses sociais mais abrangentes não são levados em conta. Na verdade, a chamada análise econômico-financeira não passa de uma "visão" financeira-contábil, ou quase unicamente contábil, estruturada na leitura de balanços patrimoniais e cálculos de projeção e índices numéricos referentes a esses mesmos balanços. Denominar esses relatórios de análise econômica é, no mínimo, superdimensionar o alcance técnico conseguido em cada relatório apresentado. Não existe, e insisto nisso, qualquer tipo de análise, desenvolvida pelo Badesc, de caráter econômico. Infelizmente, o Banco nunca realizou, salvo raríssimas exceções, como a de alguns poucos grandes projetos, análises econômicas.

O preenchimento das fichas-padrão, utilizadas para

as informações financeiras-contábeis é, depois de um elementar aprendizado, uma prática mecânica extremamente cansativa.

Um técnico analista, entrevistado sobre os atuais relatórios de análise, desabafou:

"Você aqui fica cinco, dez, quinze anos fazendo a mesma coisa. É tudo muito preso, cansativo (...) não há nada que motive a fazer algo diferente (...) o relatório não espelha nada, absolutamente nada da empresa".

Essas colocações sintetizam a opinião da maior parte dos técnicos analistas do banco e até mesmo dos gerentes das áreas operacionais. Existe quase que um consenso em torno das carências nos relatórios de análise. Por outro lado, as tentativas de mudanças nesses mesmos relatórios não encontram receptividade, em grande parte por não se saber exatamente como alterar a forma de avaliação. As sugestões são pela modificação de alguns itens do relatório, ou quase todos os itens do relatório, mas poucos sugerem a elaboração de um novo relatório, com outra filosofia de avaliação e utilizada como alternativa concreta ao atualmente utilizado. Pensa-se na avaliação social, ou melhor, numa avaliação social, mas esta, se adotada sem um perfeito conhecimento dos efeitos de sua aplicabilidade, pode aflo_urar ainda mais as contradições da própria análise tradicional, tornando as duas insuficientes para o objetivo pretendido.

Antes de pensar, portanto, numa distante avaliação social, é prioritário criar primeiramente uma avaliação econômi_{ca} que, surpreendentemente, ainda não existe.

Os relatórios, como dissemos, são demasiadamente po

bres em sua proposta, pois limitam o trabalho dos técnicos ao preenchimento de intermináveis quadros numéricos de projeção financeira, baseado na leitura de balanços contábeis. Os analistas do banco, portanto, somando quase três dezenas de técnicos, ficam unicamente condicionados ao pobre universo desses ultrapassados e inadequados relatórios, dando por terminado seus trabalhos quando apresentam a chefia do Departamento de Operações um volume de números e projeções determinantes da aprovação ou não do empreendimento.

Mas não é difícil, e muito menos impossível, imaginar-se uma proposta alternativa e uma nova prática de análise de projetos, seja econômica ou social, mas que atenda, efetivamente, aos objetivos de um Banco de Desenvolvimento.

Atualmente, são envolvidos nas operações de análise de projetos um grande número de técnicos, agrupados em grupos de dois, que viajam constantemente ao interior do Estado, recolhem os dados financeiros-contábeis junto às empresas demandadoras de recursos e retornam à capital para estruturar os quadros e as projeções exigidas nos relatórios. Uma rápida conclusão é elaborada, baseada principalmente nos índices contábeis refletidos no relatório e a análise dita "econômica-financeira" está pronta para ser encaminhada à Diretoria competente, nesse caso a de Operações Industriais e Especiais. Na verdade, o envolvimento de todo esse pessoal técnico -de nível universitário- para realizar essas tarefas é pouco interessante e quase nada objetivo, pois os economistas e administradores engajados nesses trabalhos poderiam ser melhor exigidos do que unicamente preencher quadros numéricos de efeitos duvidosos.

Para a implantação da análise econômica, por exemplo, é perfeitamente possível criar uma equipe móvel de três ou quatro técnicos para fornecer o apoio necessário. Caberia a essa equipe móvel de apoio obter, -no período em que a equipe principal se desloca ao interior-, nas inúmeras instituições públicas e privadas da capital, as informações econômicas básicas para o desenvolvimento do relatório de análise. Em um período de tempo mais longo, o próprio Badesc poderia formar um banco de dados, além de fortalecer um intercâmbio com essas instituições no sentido de agilizar essas mesmas informações. Afinal, a Secretaria da Fazenda, a do Planejamento, o Centro de Administração Gerencial (CEAG), o Instituto Técnico de Economia e Planejamento (ITEP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tantas outras são importantes núcleos armazenadores de informação e não são utilizados pelo Banco. A análise econômica, portanto, elabora paralelamente aos relatórios financeiros, poderia transformá-los, ou no mínimo enriquecê-los com dados e estudos econômicos realmente importantes. Teríamos, então, uma verdadeira análise econômica.

É um primeiro passo e não é difícil imaginar a operacionalidade da proposta. Criando-se esse espaço, pelo menos as empresas privadas passarão a não serem mais vistas como unidades econômicas isoladas, mas parte integrante e determinante de todo um processo de desenvolvimento econômico.

É importante, também, jamais esquecermos que a aprovação ou não de um pedido de financiamento não pode ficar restrito à ótica particular do empreendimento, pois dessa forma estaremos limitando cada vez mais a responsabilidade de um BD

como agente fomentador.

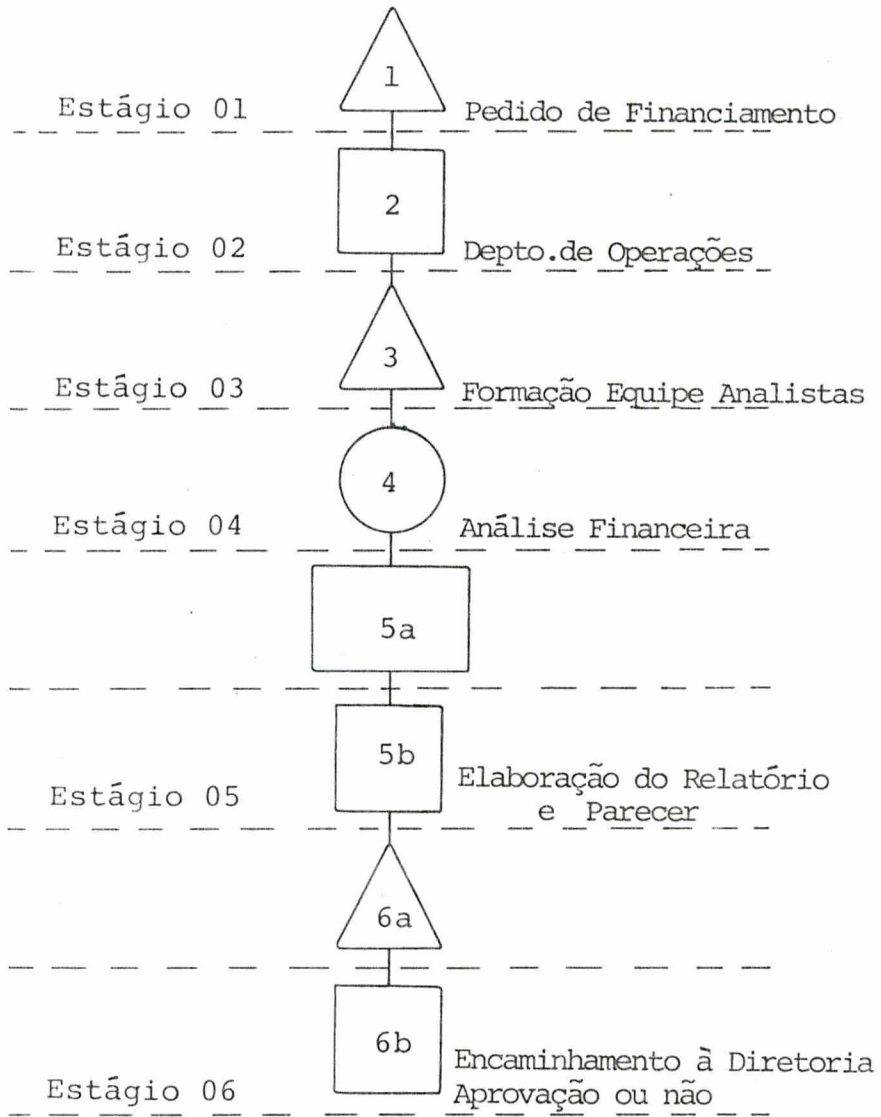
Mas, além da análise econômica, podemos pensar em alguma proposta para suprir o espaço da avaliação social, não adaptando-a através da metodologia que vimos discutindo, mas uma avaliação que permita a adoção de determinados critérios sem que isso se transforme em dificuldades ou temores quanto à sua aplicabilidade.

Em síntese:

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina tem como critério de avaliação de projetos, uma análise financeira que se limita a unicamente prever se o empreendimento terá ou não sucesso. É muito pouco para um BD.

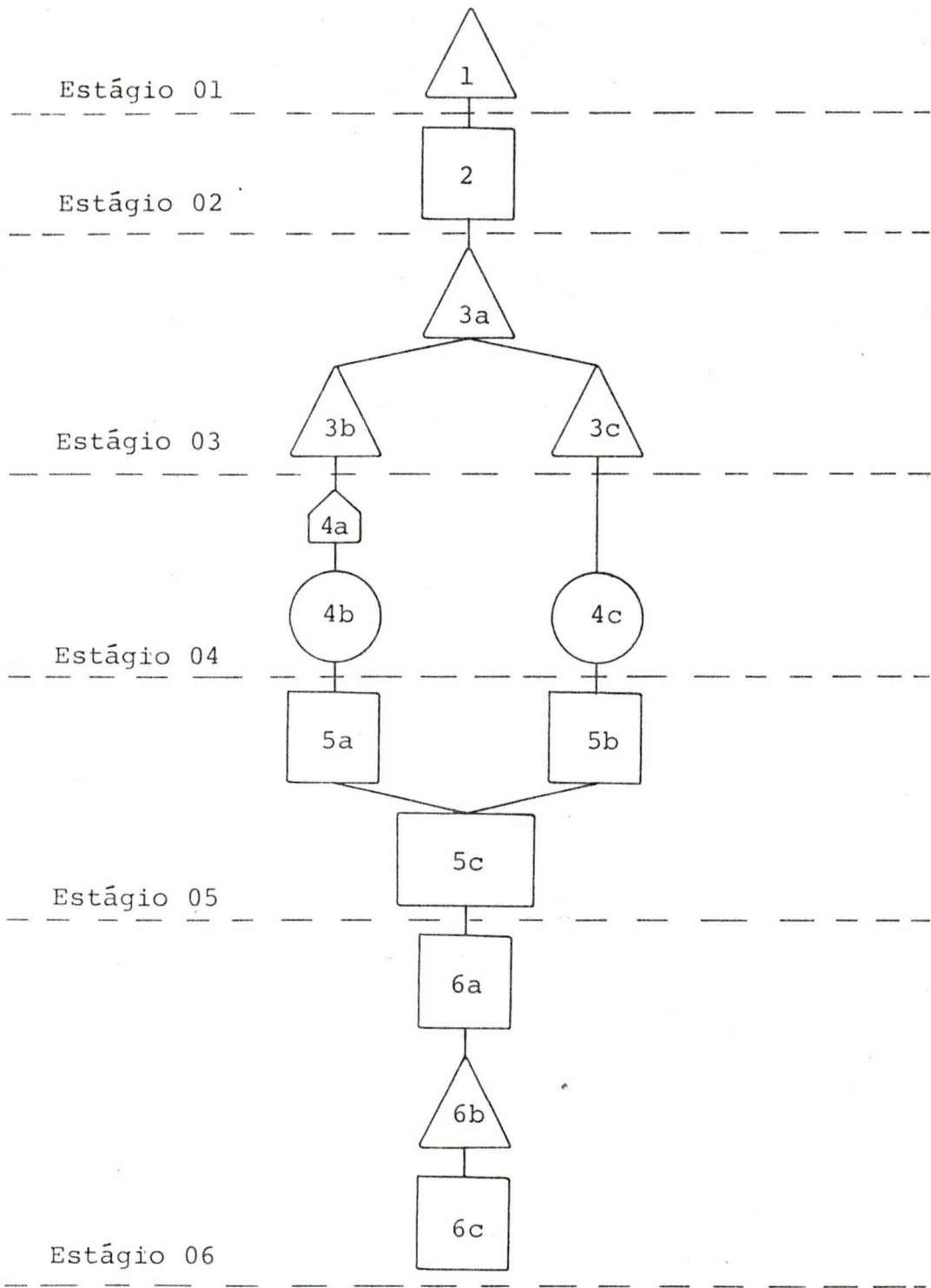
Para transformação do atual modelo de avaliação, é preciso refletir um pouco mais sobre a mecânica de funcionamento do processo de análise.

Como ilustração de como funciona o processo de análise de um projeto no Banco, desenvolvemos o fluxograma abaixo --bastante simplificado-- para que se tenha uma idéia de suas etapas operativas.



A demanda por recursos financeiros é encaminhada ao Departamento de Operações (estágios 01 e 02), ficando ao encargo do gerente da área definir a equipe de técnicos analistas encarregada de fazer a análise do pedido de financiamento. Essa equipe compõe-se normalmente de um economista ou administrador de empresas e um engenheiro civil ou mecânico, para que seja feita em conjunto a análise financeira e a avaliação física do empreendimento (estágio 03). A equipe é escalada para fazer a viagem, no caso da empresa localizar-se fora de Florianópolis, manter os contactos necessários na própria empresa demandadora de recursos, coletar todas as informações referentes à empresa, para preenchimento do relatório de análise, como, por exemplo, índices de rentabilidade privada, lucratividade, margem de garantias reais, liquidez seca, patrimônio, composição societária etc... (estágio 04). De volta à sede do Banco, na capital do Estado, é elaborado o relatório de análise baseado nos índices coletados junto à empresa (estágio 5a). É então emitido o parecer sobre a viabilidade do empreendimento, exclusivamente em função dos índices financeiros (estágio 5b) e finalmente o relatório é encaminhado à Diretoria do Banco, que detém o poder decisório final sobre a aprovação ou não do financiamento (estágio 06).

Como vemos, a análise econômica, ou a análise social inexistem. E, ao imaginarmos a operacionalidade das mesmas, poderíamos pensar num fluxograma dessa natureza:



Da mesma forma que o primeiro fluxograma, os pedidos de recursos financeiros são encaminhados ao Departamento de Operações (estágios 01 e 02). No entanto, com a proposta da criação da análise econômica e social, o fluxograma agora adquire nova configuração. O Departamento de Operações, por exemplo, através de sua chefia ou de sua gerência não mais escalaria uma única equipe de analistas, mas duas, das quais uma seguindo o caminho tradicional da análise financeira e a outra buscando a alternativa da análise econômica (estágio 03). Os trabalhos para a equipe de analistas econômicos começariam por uma consulta à Assessoria de Planejamento do Banco, onde a equipe faria um levantamento sobre os possíveis dados já armazenados, relacionados à pesquisa então iniciante, procurando saber da identidade do pedido de financiamento com os programas de desenvolvimento da própria instituição. Esta etapa é de muita importância, pois valoriza o aspecto do planejamento em consonância com as áreas operacionais. A partir de então, ou seja, do contacto com o "Planejamento" a análise econômica já poderá ter um avanço significativo e a equipe começa com mais base os estudos setoriais, de mercado, das características econômicas e sociais da região onde a maioria demandadora de recursos se localiza, da previsível geração de empregos diretos e indiretos proporcionada pelo investimento, dos reflexos sócio-econômicos etc... enfim, tudo aquilo que possa envolver a própria dinâmica do financiamento em seus efeitos mais abrangentes. E, paralelamente, a análise financeira vem igualmente sendo desenvolvida (estágio 04). Os relatórios, no entanto, são elaborados separadamente e num momento seguinte interados

em um só documento (estágio 05). É emitido um parecer, baseado no relatório final e de consenso entre as duas equipes e então encaminhado à Diretoria de Operações, para aprovação, ou não, do financiamento (estágio 06).

Como vemos, a idéia é a de operacionalizar uma nova prática de análise e/ou acompanhamento de projetos, observando-se a preocupação em, principalmente, realizar estudos setoriais para que o produto desses faça parte do corpo dos relatórios. A operacionalidade da proposta, em síntese, seria dinamizada desta forma: A cada viagem do grupo de técnicos analisistas, esses, já com o conhecimento das características da empresa a ser visitada e prevendo dificuldades futuras na elaboração do relatório, convoca o que poderíamos denominar de "EQUIPE APOIO ESTRUTURAL", para que, paralelamente a viagem realizada, esta realize trabalhos de pesquisa na sede do banco e em outras instituições a fim de que, quando do retorno da equipe técnica do interior, essa já encontre a base para o relatório final.

A análise econômica pode também apresentar alguns critérios de avaliação que possam ajudar no parecer final sobre o deferimento ou não do pedido de financiamento e, principalmente, situar o empreendimento num contexto de definição de prioridades de investimento. Um método que pode perfeitamente ser adaptado é algo semelhante ao que a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE utiliza, que é um sistema de pontos classificatórios determinante do nível de prio-

ridades que o empreendimento possa vir a ter.⁷⁸

Nossa proposta não é muito diferente. É quase uma síntese das sistemáticas conhecidas de avaliação por pontos e atende unicamente às necessidades mais urgentes em torno da análise de projetos em bancos de desenvolvimento. No caso específico do BADESC, o sistema de pontos poderia fazer parte da análise econômica, na forma como esta foi exposta no fluxograma, o que proporcionaria uma razoável base para o desenvolvimento dos estudos analíticos. Mas que não se confunda este sistema de pontos como a própria análise econômica ou até mesmo com a tão discutida e desejada avaliação social, pois esta metodologia - de sistema de pontos -, de muita simplicidade, é sempre bom enfatizar, objetiva apenas ofertar elementos que auxiliem ao técnico analista, fornecendo-lhe dados mais concretos, ou pelo menos mais abrangentes para o difícil exercício de dimensionar o alcance de cada novo projeto industrial.

A seguir, o que entendemos ser uma boa proposta para uma nova prática da análise de projetos.

(78) Ver CONTADOR, Cláudio Roberto. op.cit.p.289. O autor faz ainda referência a outra obra; David Edwin Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. Rio IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 20, 1974.

QUADRO 06

CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS				
F A T O R E S	Nº DE PONTOS			
	05	10	15	20
01. Projetos de Infra-estrutura				x
02. Projetos de localização em regiões atingidas diretamente pelas cheias		x		
03. Projetos de localização na reg.de Lages	x			
04. Projetos da ind.de transformação;bens de capital ou insumos intermediários básicos, bens de consumo de massa				x
05. Projetos de inds.de bens intermediários		x		
06. Projetos de inds.de bens de consumo	x			
07. Geração de novos empregos				
a. até 30 empregos	x			
b. de 31 a 100 empregos		x		
c. de 101 a 250 empregos			x	
d. mais de 250 empregos				x
08. Recolhimento de ICM no Estado				
a. até 5% do faturamento	x			
b. de 5 a 8% do faturamento		x		
c. mais de 8% do faturamento			x	
09. Projetos que atendam substituição de importações		x		
10. Projetos que envolvam exportações de pelo menos 50% de sua produção	x			
11. Projetos de Inds.que adquiram no Estado pelo menos 40% das mat.-primas ou bens intermediários necessários à produção		x		
12. Projetos que determinen participação do trabalho no lucro das empresas		x		
13. Mão-de-Obra(média) absorvida diretamente na produção				
a. mais de 5 salários mínimo				x
b. de 3,5 a 5 salários mínimo			x	
c. de 2 a 3,5 salários mínimo		x		
d. menos de 2,5 salários mínimo	x			
14. Mão-de-Obra a ser absorvida				
a. qualificada				x
b. semi-qualificada			x	
c. não qualificada		x		
d. semi e não qualificada com oportunidade de treinamento				x
15. Unidade industrial com instrumentos de controle ambiental e ecológico				x

Observação: Os pontos atribuídos aos diferentes fatores aqui expostos são unicamente para exemplificar a distribuição de valores em todo o quadro. Entendemos que a classificação definitiva deva passar por um debate onde estudos mais elaborados determinem com critérios mais rígidos a distribuição desses mesmos pontos.

Concluído o somatório de pontos, o projeto é enquadrado em um de quatro graus de prioridades, por exemplo:

GRAU DE PRIORIDADES	Nº DE PONTOS
A	Mais de 90
B	De 71 a 90
C	De 46 a 70
D	Até 45

Como vemos, é um método extremamente simples e que, graças à facilidade de sua aplicação, traz resultados imediatos, principalmente em um BD como o de Santa Catarina, que nunca privilegiou qualquer dos itens relacionados no quadro.

Não afirmamos que com a aplicação deste método, o crescimento industrial seja disciplinado e as desigualdades inter-regionais sejam superadas. Isto acontecerá somente quando houver um planejamento realmente participativo, voltado para os interesses prioritários das comunidades catarinenses. No entanto, é uma proposta concreta e deve ser vista como um primeiro passo para uma nova perspectiva de avaliação de projetos no Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Não é, como já dissemos, algo inédito. A SUDENE e o BD-Rio, através

do CODIN, adotam metodologia semelhante e a aplicação do sistema de pontos, no BADESC, poderá trazer grande contribuição às análises econômicas. A adoção do presente método causaria, sem dúvida, grande impacto nas áreas operacionais do Banco, mais pela própria carência da atual análise do que propriamente pela inovação do sistema. De qualquer forma, a proposta é clara e a idéia simples. É a alternativa do possível. Pelo menos o possível do momento.

A GUIZA DE CONCLUSÃO

A tentativa de proporcionar uma visão mais ampla da realidade que envolve os BD's, em prejuízo do que poderia ter sido um estudo mais restrito e especializado de uma metodologia de avaliação de projetos, atende, principalmente, ao objetivo de pensarmos os BD's como um campo de luta onde forças conservadoras tentam descaracterizá-los totalmente. Portanto, discutir com exaustão este ou aquele método avaliativo é limitar, mesmo que inconscientemente, a abrangência e o alcance ideológico do debate em torno de novas práticas operacionais para os BD's.

A alternativa futura para os BD's não é transformá-los em supostas "eficientes" instituições financeiras, ágeis e flexíveis para o difícil momento que a economia atravessa. Adequá-los a essa nova realidade é, no mínimo, restringir a função de um BD, pois seu verdadeiro papel não é exatamente adaptar-se a um momento de crise, mas sim interferir nessa mesma crise e, se possível, superá-la. É sem dúvida, uma visão Keynesiana. Mas é a opção do possível, como já dissemos, ao avanço das forças conservadoras. Para isso, é preciso urgentemente fortalecer a filosofia original de atuação de um BD, para fazer frente ao discurso conservador da economia de livre mercado.

Qualquer que seja a metodologia de avaliação aplicaca

da - financeira, econômica ou social -, a técnica utilizada se-
rá sempre vulnerável quando consideramos o que há de mais im-
portante na aprovação ou não de um novo projeto - a questão da
globalidade. Conjuguar o aspecto a nível micro - um determina-
do projeto de investimento e seus aspectos macro - à realidade
econômica e social em que o mesmo se insere - é atrelar a prá-
tica da avaliação, seja esta qual for, ao processo de planeja-
mento, este sim, capaz de orientar com precisão a distribuição
dos recursos.

"El proyecto es un pequeño subsistema de un sistema nacional, haciendo explícitas dimensiones hasta hace poco igno-
radas o consideradas superficialmente, como la dimensión so-
cial, los aspectos medio ambientales y las relativas a cien-
cia y tecnología, este conocimiento se debería ver reflejado
en los proyectos."⁷⁹

E esta é, indiscutivelmente, a idéia central de nos-
so trabalho e o principal argumento em busca das verdadeiras
funções de um BD.

"La acción planificadora apunta a solucionar selec-
tivamente las deficiencias en 'áreas problemas', generación de
ideas de proyectos, formulación y dar algún tipo de marco uni-
forme que permita a los proyectistas y evaluadores incorporar
los objetivos nacionales en sus decisiones a nivel micro."⁸⁰

(79) CALDERÓN, Hernán. Reflexiones Sobre La Evaluacion de Pro-
yectos Desde La Optica de Planification. Asociacion Lati-
no Americana De Instituciones Financeiras De Desarrollo.
Lima, Peru. mimeo, 1982.

(80) Idem.

A partir do momento em que haja, por parte de cada BD, esta perspectiva dialética de cada projeto econômico, estaremos bem perto de consolidarmos o único espaço realmente compatível com a filosofia de atuação de um banco de fomento. Con^u tornar a ação planejadora e deixar a análise financeira micro-econômica como o instrumento determinante para a distribui^ução de recursos financeiros é aprofundar ainda mais as contradições que atualmente envolvem os Bancos de Desenvolvimento do País.

BIBLIOGRAFIA

01. AFONSO, Carlos A. e Souza, Herbert de. O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
02. ASOCIACION LATINO AMERICANA DE INSTITUCIONES FINANCIERAS DE DESAROLLO - da Banca de Desarrollo en America Latina. Alide, 1974.
03. BARBER, William J. Uma História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro. Zahar, 1971.
04. BOBBIO, Noberto (et alii). O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
05. BOCCARA, Paul. O Capitalismo Monopolista do Estado. Lisboa. Seara Nova, 1976.
06. BOSCHI, Renato Raul. Elites Industriais e Democracia. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
07. CAMPOS, Lauro. A Crise da Ideologia Keynesiana. Rio de Janeiro. Campus, 1980.
08. CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975.
09. DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. 5ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1976.
10. DONGHI, Halpherin. História da América Latina. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.
11. HELMANN, Eduard. História das Doutrinas Econômicas. 3ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1976.
12. HOBBSBAWM, Eric J. História do Marxismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

13. HOFFMAN, Helga. Desemprego e Subemprego no Brasil. 2a ed São Paulo. Ática, 1980.
14. IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.
15. LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. Rio de Janeiro. Brasil, 1981.
16. LINZ, Juan (et alii). O Estado Autoritário e Movimentos Populares. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
17. MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro. Zahar, 1972.
18. NAPOLEONI, Cláudio. Curso de Economia Política. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
19. _____. O Pensamento Econômico no Século XX. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
20. PINTO, Anibal. Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1973.
21. POULANTZAS, Nicos (et alii). O Estado em Crise. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
22. ROBINSON, Joan. Contribuições à Economia Moderna. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.
23. _____. Filosofia Econômica. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.
24. SCHUMPETER, Joseph A. Fundamentos do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.
25. SERRA, José (et alii). América Latina. Ensaio de Interpretação Econômica. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.
26. SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. 2a ed. São Paulo. Nacional, 1977.

27. SWEEZY, Paul M. Capitalismo Moderno. Rio de Janeiro. Graal, 1977.
28. _____ . Teoria do Desenvolvimento Capitalista. 3ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.
29. TAVARES, Maria da Conceição. De Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.
30. TEIXEIRA, Naternes Guimarães. Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro. ABDE/CEBRAE/BNDE, 1979.

ANEXO 1

MICRORREGIÕES POLARIZADAS E MUNICÍPIOS INTEGRANTES

01. Microrregião da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS): Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis. Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, Tijucas.
02. Microrregião da Foz do Rio Itajaí (AMFRI): Balneário de Camboriú, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras, Porto Belo.
03. Microrregião do Médio Vale do Itajaí (AMMVI): Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó.
04. Microrregião do Alto Vale do Itajaí (AMAVI): Agronômica, Atalanta, Aurora, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central, Witmarsum.
05. Microrregião do Nordeste do Estado de Santa Catarina (AMUNESC): Araquari, Campo Alegre, Garuva, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul.
06. Microrregião do Planalto Norte (AMPLA): Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papananduva.
07. Microrregião do Alto Rio do Peixe (AMARP): Arroio Trinta, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Matos Costa, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, Videira.
08. Microrregião do Meio Oeste Catarinense (AMMOC): Água Doce, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval do Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Pinheiro Preto, Tangará, Treze Tilias.
09. Microrregião do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC): Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jabonara, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara.
10. Microrregião do Oeste de Santa Catarina (AMOSC): Águas de Chapecó, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palmitos, Pinalzinho, Quilombo, São Carlos, São Lourenço do Oeste, Saudades.
11. Microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC): Anchieta, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Romelândia, São José dos Cedros, São Miguel do Oeste.
12. Microrregião Serrana (AMURES): Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Bom Reti-

13. Microrregião de Laguna (AMUREL): Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleães, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão.
14. Microrregião do Sul do Estado de Santa Catarina (AMSESC): Criciúma, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Urussanga.